



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**PATRIMÔNIO CULTURAL COMO DOCUMENTO: O MARACATU DE
FORTALEZA SOB A PERSPECTIVA DO NEODOCUMENTALISMO**

ADRIELLY DE FÁTIMA RODRIGUES LIMA

FORTALEZA

2022.1

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO DOCUMENTO: O MARACATU DE FORTALEZA SOB
A PERSPECTIVA DO NEODOCUMENTALISMO

ADRIELLY DE FÁTIMA RODRIGUES LIMA

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

FORTALEZA - CE

2022.1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L696p Lima, Adrielly de Fátima Rodrigues.
Patrimônio cultural como documento : o Maracatu de Fortaleza sob a perspectiva do neodocumentalismo / Adrielly de Fátima Rodrigues Lima. – 2022.
79 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

1. Documento. 2. Maracatu de Fortaleza. 3. Patrimônio Imaterial. 4. Neodocumentalismo. I. Título.
CDD 020

ADRIELLY DE FÁTIMA RODRIGUES LIMA

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO DOCUMENTO: O MARACATU DE FORTALEZA
SOB A PERSPECTIVA DO NEODOCUMENTALISMO

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Diretor da Biblioteca de Ciências Humanas Me. Francisco Edvander Pires Santos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Hamilton Rodrigues Tabosa (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Lúcia e Liduino.

Aos meus tios, Francineide e José Maria (in
memorian).

E ao meu primo, Carlos José (in memorian).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos santos e aos orixás, por terem me guiado na vida e durante a minha formação acadêmica.

Aos meus pais, Lúcia e Liduino por toda dedicação, cuidado e por sempre me incentivarem a encontrar nos estudos uma forma de me encontrar na vida.

Aos meus tios, Francineide e José Maria (in memorian) pelo cuidado e carinho que sempre tiveram comigo, e por terem me apresentado o valor do samba e do maracatu desde criança.

Aos meus irmãos, Árlis e Alan por serem parceiros de vida e por sempre torcerem por mim.

Aos meus primos, Daniel, Jamily e Rafael por serem meus primeiros professores quando criança e por me socorreram em momentos difíceis durante a graduação.

Ao meu primo, Carlos José (in memorian) que foi vítima da Covid - 19 em 2021, que sempre torceu por mim desde o primeiro momento que ficou sabendo da minha aprovação no curso de Biblioteconomia. Sei que de onde ele estiver, está feliz por mim.

Ao meu namorado, Gabriel Arcelino por todo o amor, compreensão, dicas e por todo o incentivo dado para concluir a graduação quando pensei em desistir.

As amigas que construí ao longo da graduação, em especial ao Anderson Duarte, Brenda Sousa, Edimar Lima, Gabriel Dantas, Giara Maria, Hitalo Lima, Marcelo Monteiro, Rodrigo Paiva, Suyane Maria e Tom Carlos, além dos demais que conheci pelos corredores do Centro de Humanidades.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes, por ter aceitado o convite em me orientar, pela compreensão e por ter me guiado durante o processo de escrita da monografia, que nem sempre foi fácil.

Ao fotógrafo Thiago Matine, pela disponibilidade e por ceder as fotografias apresentadas no trabalho, para fins de pesquisa.

A equipe do Museu de Arte da UFC - Mauc, em especial ao Saulo Moreno e Graciele Siqueira, pelos ensinamentos no campo das artes e do patrimônio cultural, responsáveis por contribuir no meu processo de formação enquanto estudante de Biblioteconomia.

A equipe da Biblioteca Estadual do Ceará - BECE, em especial a Elsa Jerônimo, Isabela Corrêa, Jeciana Denério, Luciana Martins, Regina Célia e Victor Emanuel, pelas conversas agradáveis e pelos ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho, ao Diretor da Biblioteca de Ciência Humanas, Me. Francisco Edvander Pires Santos e ao Prof. Dr. Hamilton Rodrigues Tabosa por aceitarem o convite de compor a banca examinadora e por suas contribuições.

RESUMO

O trabalho intitulado Patrimônio Cultural como documento: o Maracatu de Fortaleza sob a perspectiva do Neodocumentalismo, apresenta a relação entre os conceitos de documento e o Maracatu de Fortaleza, considerado Patrimônio Imaterial da cidade de Fortaleza. Dessa maneira, é apresentado o conceito de documento desde sua origem até os conceitos apresentados pelo Movimento Neodocumentalista, responsável por ampliar os suportes que registram e transmitem a informação, abrangendo dessa forma, o patrimônio cultural. A partir disso, o presente trabalho possui o objetivo principal de analisar o Maracatu de Fortaleza, seus personagens e símbolos enquanto elementos documentais. Assim sendo, a pesquisa utilizada é a exploratória, em que possui uma abordagem qualitativa, por conta da subjetividade em tratar sobre Patrimônio Imaterial, tendo como método de estudo, a pesquisa bibliográfica, historiográfica e documental, responsáveis por fazer o levantamento bibliográfico sobre os conceitos de documento na Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; a origem do maracatu; a festa, a teatralização e a construção dos personagens; o processo de patrimonialização do mesmo; e a análise de fotografias que representam os elementos principais do maracatu. Diante disso, os resultados obtidos a partir da análise, demonstram que há uma similaridade entre o conceito de documento e patrimônio, podendo o Maracatu de Fortaleza ser considerado, documento. No entanto, nota-se que ainda é um tema que possui poucos estudos na Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois a maioria dos teóricos importam-se apenas com a objetividade do documento, sem considerar o papel social e cultural do mesmo.

Palavras-chave: Documento; Maracatu de Fortaleza; Patrimônio Imaterial; Neodocumentalismo.

ABSTRACT

The work entitled Cultural Heritage as a document: the Maracatu of Fortaleza from the perspective of Neodocumentalism, presents the relationship between the concepts of document and the Maracatu of Fortaleza, considered Intangible Heritage of the city of Fortaleza. In this way, the concept of document is presented from its origin to the concepts presented by the Neodocumentalist Movement, responsible for expanding the supports that record and transmit information, thus covering cultural heritage. From this, the present work has the main objective of analyzing the Maracatu de Fortaleza, its characters and symbols as documentary elements. Therefore, the research used is exploratory, in which it has a qualitative approach, due to the subjectivity in dealing with Intangible Heritage, having as a method of study, bibliographic, historiographical and documentary research, responsible for doing the bibliographic survey on the concepts document in Librarianship, Documentation and Information Science; the origin of maracatu; the party, the theatricalization and construction of characters; the process of patrimonialization of the same; and the analysis of photographs that represent the main elements of maracatu. In view of this, the results obtained from the analysis demonstrate that there is a similarity between the concept of document and heritage, and the Maracatu de Fortaleza can be considered, document. However, it is noted that it is still a topic that has few studies in Librarianship and Information Science, since most theorists only care about the objectivity of the document, without considering its social and cultural role.

Keywords: Document; Maracatu in Fortaleza; Intangible Heritage; Neodocumentalism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Raimundo Alves Feitosa	40
Imagem 2 - Estandarte do Maracatu Rei Zumbi e o Incenseiro	46
Imagem 3 - Ala dos Índios	47
Imagem 4 - Ala das Negras	48
Imagem 5 - Calunga	49
Imagem 6 - Ala das Baianas	50
Imagem 7 - O Balaieiro	51
Imagem 8 - Casal de Preto Velhos	52
Imagem 9 - Batuque	53
Imagem 10 - Rainha do Maracatu	55
Imagem 11 - Dia do Maracatu	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	METODOLOGIA	13
2	A CONTRIBUIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CONCEITO DE DOCUMENTO E SUAS VERTENTES EM DIFERENTES SUPORTES	16
2.1	O CONCEITO DE DOCUMENTO	16
2.2	A DOCUMENTAÇÃO	21
2.3	O MOVIMENTO NEODOCUMENTALISTA	26
3	A RESISTÊNCIA E A CONTRIBUIÇÃO CULTURAL DOS NEGROS NO CEARÁ.....	32
3.1	NEGROS NO CEARÁ	32
3.2	A IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	34
3.3	O SURGIMENTO DOS MARACATUS EM FORTALEZA	38
4	O MARACATU DE FORTALEZA ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL, NA PERSPECTIVA DA DOCUMENTAÇÃO	44
4.1	A FESTA, A TEATRALIZAÇÃO E OS PERSONAGENS DOS MARACATUS DE FORTALEZA.....	44
4.2	A LEGITIMAÇÃO DO MARACATU COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE FORTALEZA	56
4.3	PATRIMÔNIO CULTURAL COMO DOCUMENTO - REFLEXÕES A PARTIR DO MARACATU	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	78

1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em documentos, pensamos imediatamente na ideia de documentos tradicionais, encontrados em arquivos ou bibliotecas. No entanto, a partir da evolução humana, os meios que registravam a informação foram sendo alterados, surgindo, dessa forma, outros tipos de suporte que vão além da escrita no papel. Dessa maneira, o conceito de documento foi sendo alterado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, responsável por causar um aumento na produção de documentos, além de documentos digitais.

Com isso, os teóricos passaram a indagar o conceito de documento, passando a resgatar conceitos apresentados por Paul Otlet e Suzanne Briet, responsáveis por considerar outros suportes como documentos, passando a ideia de que qualquer objeto poderia ser considerado elemento documental, havendo, dessa forma, uma ampliação do conceito de documento em diferentes áreas como a Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciência da Informação e Historiografia.

Desse modo, a partir das diferentes vertentes do documento, faz-se necessário pensar sua relação com o Patrimônio Cultural, ainda pouco explorada na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, segundo Souza (2009) e Creppa (2009), pois ao tornarmos o Maracatu de Fortaleza objeto de estudo deste trabalho, considerado em 2015 Patrimônio Imaterial de Fortaleza através da Lei de Patrimônio pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, percebemos a forte contribuição cultural para o Estado do Ceará, enquanto resistência da cultura negra, trazida da África, construção identitária e memória coletiva.

Assim sendo, vale ressaltar que a construção da memória coletiva presente no Maracatu é fruto dos autos congos, festas de negros que aconteciam durante o período escravocrata na Igreja do Rosário, que se manteve a partir do sincretismo religioso e da criação de núcleos de solidariedade e resistência, chamados de Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário até a desativação das mesmas, após a Abolição da escravatura.

Dessa forma, os autos congos são ressignificados e ressurgem com força na década de 30, passando a se chamar Maracatu e adentrar o Carnaval de rua de Fortaleza, tornando-se, mais tarde, Patrimônio Imaterial de Fortaleza, sendo considerado “documento vivo” pela sociedade, que já o reconhecia como tal. Dessa maneira, o presente trabalho possui, como ponto inicial, a indagação: **O Maracatu enquanto Patrimônio Imaterial de Fortaleza pode ser considerado documento a partir das várias vertentes da Documentação?**

Sendo assim, o presente trabalho intitulado “Patrimônio Cultural como documento: o Maracatu de Fortaleza sob a perspectiva da Documentação” possui como objetivo principal:

analisar o Maracatu de Fortaleza, seus personagens e símbolos enquanto elementos documentais, capazes de representar e salvaguardar a memória da manifestação cultural presente desde a década de 30, que perpassa por várias gerações.

A partir disso, a fim de cumprir o objetivo principal e responder à indagação que norteia o trabalho, temos os objetivos específicos, que consistem em: a) analisar o conceito de documento nas áreas da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; b) analisar os conceitos de documento no Movimento Neodocumentalista; c) investigar a origem do Maracatu de Fortaleza; e, por fim, d) investigar a importância histórica do Maracatu para a cidade de Fortaleza enquanto bem cultural, sob a perspectiva documental.

Com isso, o presente trabalho justifica-se por meio de duas perspectivas, a pessoal e a científica, no qual a primeira deu-se através da observação da autora enquanto brincante de Maracatu, desde 2016, percebendo, dessa forma, todo o processo ritualístico durante o cortejo, representado pelos personagens que, ao entrarem em cena, assumiam identidades que relembavam acontecimentos passados e representavam a resistência cultural negra no Ceará, tendo uma boa receptividade pelo público que já o via como “documento vivo”.

Dessa maneira, surgiu o desejo de pesquisar sobre a relação entre documento e o Maracatu, que já era considerado, há pouco tempo, Patrimônio Imaterial de Fortaleza. Com isso, o presente trabalho possui o intuito de trazer contribuições a partir do estudo sobre maracatu enquanto documento, contribuindo dessa forma, para novas abordagens sobre os suportes considerados documentos na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Diante disso, a fim de iniciar a pesquisa e cumprir com os objetivos do trabalho, fez-se uso da pesquisa exploratória, assim sendo, os métodos utilizados para colher os dados da pesquisa, foram a partir da pesquisa bibliográfica, documental e historiográfica, possuindo dessa forma, uma abordagem qualitativa.

Dessa forma, o presente trabalho é estruturado em cinco seções, cita-se, a seção 1 - Introdução, responsável por apresentar o tema de pesquisa e o objeto de estudo pela primeira vez, a justificativa da escolha do tema, a problemática, responsável por apresentar a pergunta que originou a pesquisa, além do objetivo geral, objetivos específico e metodologia.

Dando continuidade, a seção 2 - A contribuição da Documentação na Biblioteconomia e Ciência da Informação: o conceito de documento e suas vertentes em diferentes suportes, é responsável por iniciar a discussão sobre os conceitos de documento, apresentar a consolidação na área da Documentação, além da relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, e os conceitos de documento a partir do Movimento Neodocumentalista, que ampliou a definição de documento, a partir de estudos pautados na visão de Otlet e Briet.

Ademais, na seção 3 - A resistência e a contribuição cultural dos negros no Ceará, é uma seção responsável por tratar sobre o período escravocrata no Ceará e o movimento abolicionista, que se deu 4 anos antes da abolição do resto do Brasil, da Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário, que foi constituída como local de solidariedade e resistência cultural, como é colocado por Marques (2009), as festas de negros, como os autos congos, e a origem do Maracatu de Fortaleza.

Além disso, após realizar a revisão bibliográfica e historiográfica nas seções 2 e 3, a seção 4 é destinada a apresentar a análise da pesquisa, que se dá através de duas formas, a primeira relacionada à festa, à teatralização e aos personagens dos maracatus, que se dá por meio de revisão bibliográfica sobre o tema e de uma análise documental a partir de fotografias que foram tiradas no dia em que é comemorado o Maracatu: 25 de março.

Dando continuidade, ainda na seção 4, após realizar uma análise sobre a festa, a teatralização e os personagens do maracatu, é abordado a importância histórica do maracatu por meio da patrimonialização do mesmo, recapitulando informações que foram discutidas na seção 3, e por fim, a relação entre os conceitos de documento que foram apresentados na seção 2 com o Maracatu de Fortaleza enquanto Patrimônio Imaterial de Fortaleza. E por fim, apresentamos a seção 5, responsável por apresentar as considerações finais da pesquisa realizada.

1.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho intitulado “Patrimônio Cultural como documento: o Maracatu de Fortaleza sob a perspectiva do Neodocumentalismo” possui uma abordagem qualitativa, por conta da subjetividade em tratar sobre o tema, com isso, faz uso da pesquisa exploratória, tendo como métodos de análise, a pesquisa bibliográfica, historiográfica e documental.

Diante disso, ao fazer uso da pesquisa bibliográfica, foi realizado primeiramente um levantamento de obras sobre a temática trabalhada, realizando dessa forma, o levantamento de fontes secundárias, como dissertações, livros e artigos científicos sobre os conceitos de documento, a contribuição da área da Documentação para a Biblioteconomia e Ciência da Informação, além das contribuições do Movimento Neodocumentalista.

Além disso, durante a pesquisa bibliográfica, também foi realizado o levantamento bibliográfico de obras que tratassem sobre a contribuição dos negros no Ceará, a contribuição da Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário e a origem do Maracatu de

Fortaleza na década de 30, além do processo de patrimonialização do maracatu e sua relação enquanto documento, que é discutido na análise do trabalho.

Dessa maneira, após realizar o levantamento bibliográfico, é realizada a construção da primeira seção do referencial teórico, “A contribuição da Documentação na Biblioteconomia e Ciência da Informação: o conceito de documento e suas vertentes em diferentes suportes” que é embasado a partir de artigos científicos de autores como, Tanus, Ranau e Araújo (2012), Murguia (2011), Ortega (2004) e Rodrigues, Baptista (2020).

Ademais, para a construção da segunda seção do referencial teórico, “A resistência e a contribuição cultural dos negros no Ceará”, é utilizado dissertações, livros e artigos científicos a fim de reconstruir historiograficamente, acontecimentos passados, a fim de apresentar o contexto social em que os negros estavam inseridos e suas contribuições até o momento em que surge o maracatu em Fortaleza. Com isso, ao fazer uso da pesquisa historiográfica, a seção foi construída a partir de embasamento teórico de autores como Marques (2009), Carneiro (2007), Rodrigues (2006) e Costa (2009).

Dando continuidade, a análise do trabalho é construída tanto a partir de revisão bibliográfica quanto documental, sendo uma seção destinada a apresentar os elementos principais do maracatu, o processo de patrimonialização do mesmo e a relação enquanto documento. Dessa maneira, o primeiro momento de análise do trabalho, consiste na análise documental de fotografias que apresentam os elementos principais do maracatu.

Dessa forma, ao fazer uso da pesquisa de cunho documental, foi realizado primeiramente, a seleção de cerca de 220 fotos do fotógrafo Thiago Matine, cedidas pelo mesmo, para fins de pesquisa. Vale ressaltar que as fotos foram tiradas nos anos de 2018, 2019 e 2022 em meio à comemoração do Dia do Maracatu, comemorado no dia 25 de março, evento realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, onde todos os maracatus estavam reunidos em cortejo na Avenida Beira Mar no ano de 2018 e na Praia de Iracema, nos anos de 2019 e 2022.

Dessa forma, o critério utilizado para selecionar as fotografias tiradas nos anos de 2018, 2019 e 2022, foi identificar as fotos que melhor representassem os elementos principais do Maracatu de Fortaleza, que aqui são estudados como suportes informacionais. Com isso, foram selecionadas 10 fotografias do Thiago Matine, cita-se o estandarte e o inceseiro, a ala dos índios, a ala das negras, a calunga, a ala das baianas, o balaieiro, o casal de preto velhos, o batuque, a rainha do maracatu e o dia do maracatu, que são apresentadas e analisadas a partir de revisão bibliográfica na seção 4.

Além disso, vale lembrar que durante os anos de 2020 e 2021 por conta da pandemia de Covid-19, não foram realizadas as comemorações do Dia do Maracatu de forma presencial,

assim sendo, a Prefeitura fez uso de suas plataformas digitais para divulgar a história e as características de cada maracatu, em formato audiovisual.

Por fim, a análise do trabalho encerra fazendo uso de conceitos sobre o termo documento, apresentado na primeira seção, sendo relacionado com as características físicas e abstratas do maracatu, ao qual tomamos conhecimento a partir da análise documental e historiográfica do mesmo, apresentando dessa forma, os resultados a partir do estudo do Maracatu enquanto elemento documental e patrimônio imaterial de Fortaleza.

2 A CONTRIBUIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CONCEITO DE DOCUMENTO E SUAS VERTENTES EM DIFERENTES SUPORTES

Seção destinado a apresentar as subseções: 2.1 - O conceito de documento, 2.2 - A documentação, e 2.3 - O Movimento Neodocumentalista, que tratam respectivamente, acerca do conceito de documento; do desenvolvimento e consolidação da área da Documentação e suas contribuições para a Biblioteconomia e Ciência da Informação; e do surgimento do Movimento Neodocumentalista no século XX, frente às transformações sociais e o manuseio do documento na modernidade.

2.1 O CONCEITO DE DOCUMENTO

A Documentação foi criada no final do século XIX, tendo como seus fundadores, dois belgas nascidos em Bruxelas em 1868, chamados Paul Otlet e Henri La Fontaine. Otlet e La Fontaine foram duas personalidades visionárias que desejavam organizar todo o conhecimento existente no mundo, sendo assim, duas personalidades importantes para a área de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, pois foram os responsáveis por obras que impactaram positivamente, cita-se por exemplo, o *Traité de Documentation* que trouxe grandes avanços.

Dessa forma, com a forte contribuição de seus fundadores, o conceito de documento foi consolidado, passando a considerar outros artefatos como documentos, sem se prender apenas ao documento escrito em papel, pois segundo Otlet o “documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica (OTLET, 1937 apud TANUS; RANAU; ARAÚJO, 2012, p. 159)”.

Diante disso, percebe-se que houve uma abertura para considerar outros tipos de artefatos como documentos, não se prendendo apenas a um tipo de suporte físico. Com isso, passou-se a dar maior relevância à informação, pois é o objeto que carrega e é responsável por representar a informação. Assim sendo, na literatura científica, podemos encontrar estudos tanto no campo da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, por exemplo, pois cada área trabalha com o documento de forma diferente, de acordo com seu objeto de trabalho.

Logo, vale ressaltar os campos do conhecimento que trabalham com o documento e como os conceitos são construídos a partir de seus objetos de trabalho. Desse modo,

iniciaremos no campo da Arquivologia a fim de descobrir como funciona o processo de documentação e como o documento é compreendido. Mas antes, é importante tratar sobre a origem dos documentos, que segundo Gomes (1967) citado por Tanus, Ranau e Araújo (2012), o surgimento dos documentos deu-se a partir da transição entre a cultura oral para a cultura escrita através da criação de signos capazes de transmitir uma mensagem para o receptor.

Dessa maneira, a humanidade passou a registrar o que era considerado importante, passando também a guardar esses registros, que mais tarde seriam chamados de documentos que serviriam de prova para comprovar determinado fato que ocorreu em algum período da história. Vale ressaltar também, que o documento começou a ser entendido como algo que comprova um fato, a partir da forte influência da escola positivista na área da Historiografia durante os séculos XIX e XX, onde afirmava que “o documento tornou-se recurso necessário e indispensável para os pesquisadores que tinham por obrigação apresentar as suas fontes de informações como recurso para garantir confiabilidade aos trabalhos por eles produzidos” (MURGUIA, 2011, p. 43).

Diante disso, assim como na Historiografia, a Arquivologia adotou as ideias positivistas, com o objetivo de guardar uma memória documental e de atestar a legalidade de um determinado fato, sendo utilizado como prova, pois “o documento vincula-se a materiais físicos que de alguma forma são registrados” (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012, p. 161).

Além disso, os documentos arquivísticos possuem determinadas características que se diferenciam dos demais tipos de documentos, como a unicidade, a indivisibilidade e a autenticidade. Ademais, “as funções e abrangências dos documentos podem ser diversas. Um documento pode ser produzido e utilizado para definir, controlar, executar e/ou instituir um ato. A sua produção pode ser a representação de entidades e pessoas que os elaboram ou os utilizam” (MURGUIA, 2011, p. 45)

Sendo assim, percebe-se que o documento presente nos arquivos nem sempre possuem o objetivo de comprovar um fato, mas podem estar atrelados ao poder de decisão dentro de uma instituição. Por outro lado, vale ressaltar que em um segundo momento, o mesmo documento pode vir a ser utilizado como ferramenta para comprovar um fato. Diante disso, na área da Arquivologia, os documentos administrativos acabam sendo amplamente conhecidos. No entanto, a partir da leitura do artigo “O conceito de documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia”, percebe-se que há uma variedade de tipos de arquivos, pois:

contemporaneamente é possível notar o crescimento dos arquivos pessoais, arquivos literários, arquivos fotográficos, arquivos cinematográficos, entre outros. Os documentos desses novos tipos de arquivos contribuem para a ampliação do conceito de documento para além do suporte tradicional ou planejado. Além disso, contribuem também para o distanciamento do arquivo como instituição tradicionalmente custodiadora apenas de papéis de cunho administrativo. (TANUS; RENAU; ARAÚJO; 2012, p. 162).

Ou seja, atualmente apesar da imagem do documento administrativo ser amplamente difundida quando se pensa em documento arquivístico, essa realidade está mudando, pois com o surgimento de novos conjuntos documentais em diferentes instâncias, o conceito está sendo ampliado, indo além do objeto bidimensional.

Desse modo, de acordo com Castro (1988) citado por Tanus, Renau e Araújo (2012), a Arquivologia se dividiu em duas linhas, a linha tradicional que engloba os documentos de cunho administrativo e majoritariamente em suporte bidimensional, como o papel, onde a informação é extraída de forma direta, por conta da escrita; e a segunda linha que engloba suportes tridimensionais, que podem vir a ser bens culturais, no qual, o objeto carrega a informação, mas que não é extraído de forma direta, precisando portanto, de uma mediação informacional.

Dando continuidade, voltando-se agora para o campo da Biblioteconomia que trabalha majoritariamente com documentos bidimensionais como a Arquivologia. Vale ressaltar, que segundo Gaston Litton (1975) no “Manual de Arte e Ciência da Biblioteconomia”, citado por Tanus, Renau e Araújo (2012), a Biblioteconomia possui duas linhas, uma linha tradicional e uma especializada. A tradicional engloba os livros e a especializada se aproxima da Documentação, onde engloba outros tipos de suportes, pois “o conceito de documento para a Biblioteconomia especializada,[...], guardaria contornos muito próximos da definição oriunda da própria Documentação, pois os documentos não seriam apenas os livros, mas todas as formas documentais” (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012, p. 164).

Diante disso, percebe-se que há uma aproximação entre a Biblioteconomia e a Documentação, mas as duas não consistem em uma área só. Dessa forma, vale ressaltar que o início dessa aproximação deu-se a partir das linguagens documentárias, mais especificamente a partir da publicação da Classificação Decimal Universal - CDU, em 1905 por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Com isso, a CDU passou a ser utilizada no campo da Biblioteconomia e passou a conhecer o campo da Documentação, se apropriando também de algumas práticas, como a criação de resumos e índices, citados por Tanus, Renau e Araújo (2012).

Assim sendo, apesar da Documentação e da Biblioteconomia não serem iguais, a Biblioteconomia é uma ciência documental, pois:

tem por objeto de estudo as bibliotecas, entendidas como sistemas de transmissão de informação para seus usuários. Tal transferência ocorre por meio das coleções, que são formadas por um conjunto organizado de documentos. Assim o documento é compreendido a partir da ótica da coleção que integra o acervo de uma biblioteca. Segundo esta autora, a coleção pode ser vista como composta fundamentalmente por livros, pois estes foram durante anos o principal suporte de informação. Entretanto, essa perspectiva alterou-se, dando espaço para outros tipos de documentos, como as publicações periódicas, folhetos, manuscritos, músicas impressas. (ORERA, 2006 apud TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012).

Com isso, percebe-se que assim como houve uma ampliação do conceito de documento na Arquivologia, também houve essa ampliação na Biblioteconomia, onde outros materiais passaram a serem considerados documentos. Pois, “podemos analisar o documento a partir de suas estruturas físicas e abstratas e, também, através de alguns de seus componentes: informação e suporte” (MURGUIA, 2011, p. 46).

Além disso, vale ressaltar que o campo da Documentação enriqueceu o campo de estudos da Biblioteconomia, assim como a Biblioteconomia também conseguiu encontrar soluções para o campo da Documentação e Ciência da Informação, pois conseguiu solucionar problemas relacionados a explosão informacional após a Segunda Guerra Mundial, conseguindo encontrar ferramentas que ajudaram na organização documental e na recuperação da informação, contribuindo dessa forma, para o campo da Documentação.

Dando continuidade, voltando-se para o campo da Museologia, iremos apresentar como o documento é entendido por essa área. A Museologia é uma área próxima a Documentação, porém, diferente das outras áreas aqui apresentadas, a Museologia não trabalha majoritariamente com documentos em papel, mas com outros tipos de formatos, até mesmo com patrimônio cultural ou patrimônio natural.

Dessa forma, Tanus, Renau e Araújo (2012) apresentam o pensamento de Meneses (1998) que:

ao definir as características do objeto, também direciona a compreensão do objeto como documento, considerando-o como um suporte de informação. Segundo o autor, no objeto encerram-se as informações intrínsecas, aquelas que referenciam aos atributos físico-químicos (forma geométrica, cor, peso, textura, dureza, etc) e as informações extrínsecas, as quais são inferidas, dando origem aos discursos sobre o artefato, que podem ser falsos, enquanto sua integridade física corresponde à verdade objetiva. (p. 167).

Logo, entende-se que independente do suporte em que esteja contida a informação, qualquer objeto pode ser considerado um documento. No entanto, para ser considerado um documento, o mesmo tem que ser relevante para um determinado grupo de pessoas e antes de

tudo deve ser interrogado ou problematizado, por outro lado, o documento pode ser considerado documento desde a sua criação.

Sendo assim, “percebe-se, então, que a questão do documento no campo museológico suscita uma abstração, um profundo questionamento do objeto, para que se possa entendê-lo como documento” (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012, p. 168), pois os documentos produzidos no decorrer da história, são documentos criados tanto de forma consciente quanto inconsciente, que acabam sendo repassados de geração em geração através do homem, responsável por realizar a seleção do mesmo, pois o documento “é a representação do universo intelectual dos seus produtores e retrata a intenção do registro de um conhecimento específico, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder” (MURGUIA, 2011, p. 43).

Com isso, a Museologia possui o trabalho de realizar o processo de aquisição, pesquisa, conservação e documentação, passando dessa forma, a trabalhar tanto com bens materiais quanto com bens simbólicos, responsáveis por carregar a informação. Dessa forma, podemos entender o documento como algo que “[...] pertence ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 1994, p. 450 *apud* TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012, p. 169). Dessa maneira, percebe-se que o documento no campo da Museologia possui a função de fazer um resgate histórico através dos documentos, reconstruindo assim, uma memória coletiva.

A partir de tudo o que já foi apresentado, percebe-se que entre as três áreas apresentadas neste trabalho, a Biblioteconomia é a que mais se aproxima da área da Documentação, por ter sido fortemente influenciada pela mesma. No entanto, também percebe-se que os conceitos apresentados entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, são conceitos que estão presos à ideia de utilizar o documento como prova. Diante disso, percebe-se que a “noção de objetividade é o que impede que muitos trabalhos sejam formulados com o intuito de tratar a natureza social dos documentos e a importância destes como produtos construídos para atender necessidades de sociedades e momentos históricos específicos” (MURGUIA, 2011, p. 44).

Dessa forma, nota-se que isso também vem sendo alterado ao longo do tempo, pois as áreas que costumam trabalhar com determinados suportes bidimensionais, onde há a presença marcante da escrita, estão passando a considerar outros suportes como documentos, ampliando dessa forma, o modo como lidam com esses materiais. Assim sendo, percebe-se

que a proposta pensada por Otlet ainda se mantém nos dias de hoje, pois de acordo com ele, o documento tem o propósito de:

extrapolar a dimensão do suporte em direção à informação contida nos variados documentos localizados em diferentes instituições. Dessa forma, os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade, independente dos formatos e suportes em que são registrados pelo homem. Esse entendimento aponta para a multiplicidade de suportes e cria os contornos de totalidade e universalidade propostos por Otlet. (TANUS; RANAU; ARAÚJO, 2012, p. 160).

A partir da citação acima, percebe-se que o conceito proposto por Otlet possibilitou a abertura para as demais áreas que trabalham com vários tipos de suportes que são considerados documentos e como o documento pode ser interpretado, tendo em vista que é um suporte capaz de guardar uma informação que pode representar uma memória coletiva ou comprovar um fato, pois “Paul Otlet enxergou os documentos em todos os lugares como uma força profundamente social, como o centro de um complexo processo de comunicação, acumulação e transmissão de conhecimentos” (MURGUIA, 2011, p. 45).

Ademais, vale ressaltar que Suzanne Briet foi além do pensamento de Otlet e ampliou essa universalidade proposta pelo mesmo, pois apesar de Briet ter considerado inicialmente o documento como informação materializada em um determinado suporte físico, onde o mesmo serviria de prova. Logo mais tarde, Briet ampliou a visão do conceito de documento, passando a considerá-lo a partir de ideias abstratas. Com isso, o documento passou a ser considerado segundo a sua visão, como “indício concreto ou registrado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRAVO, 2002, p. 92 *apud* MURGUIA, 2011, p. 45). Ou seja, o documento está para além da sua materialidade.

2.2 A DOCUMENTAÇÃO

Ao tratar sobre a área da Documentação, não podemos deixar de lado a área de Biblioteconomia, pois as duas áreas por muitos séculos foram atreladas, pois a origem das mesmas se deu quase ao mesmo tempo. Dessa forma, somente a partir do século XIX, que ambas passaram a ser bem compreendidas como áreas distintas e com interesses diferentes.

Logo, a fim de tratar sobre o início da Documentação e da Biblioteconomia, iniciaremos começando a partir das primeiras coleções de documentos, que segundo Ortega (2004) tem origem no terceiro milênio a.C., onde tem indícios da primeira biblioteca,

chamada Elba na Síria. A partir dessa descoberta, a biblioteca aqui apresentada já possuía um sistema de organização como podemos ver na citação abaixo, pois a coleção era:

composta de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos. A escrita era a cuneiforme, porém não no seu idioma original (o sumério), mas numa língua desconhecida a qual se chamou eblaíta. (ORTEGA, 2004, p. 02).

Dessa maneira, percebe-se que o ato de registrar através da escrita contribuiu para a guarda desses materiais, considerados importantes para a civilização. Além disso, em vários momentos da história, foram encontradas formas de organizar e guardar documentos, como no segundo milênio a.C. na Mesopotâmia, onde havia formas de se recuperar a informação, segundo Ortega (2004).

A partir disso, percebe-se que o início da Biblioteconomia e da Documentação estão atreladas ao desenvolvimento da escrita que possibilitou o homem a registrar e guardar o que era considerado relevante e que poderia ser repassado para gerações futuras, servindo como fonte de informação ou prova. Diante disso, logo em seguida, cada civilização passou a registrar seus feitos, resultando em documentos que passaram a serem guardados, onde existia minimamente um sistema de organização.

Dando continuidade, além dessas bibliotecas encontradas durante os períodos que acabamos de apresentar, também vale lembrar das bibliotecas existentes nos templos gregos durante o século IV a.C. que mais tarde inspiraram as bibliotecas que existiram durante a Antiguidade, entre os séculos VIII e VII a.C., como a famosa biblioteca de Alexandria no Egito, onde possuía o objetivo de reunir a totalidade do conhecimento, como podemos perceber a partir da citação abaixo:

Parte do acervo desta biblioteca foi constituído principalmente a partir de um decreto de Ptolomeu III em que todos os navios que parassem em Alexandria tinham que entregar seus livros para serem copiados (após a cópia, às vezes devolviam-se os originais, às vezes as cópias). O objetivo era o de uma biblioteca que abrigasse a totalidade do conhecimento humano registrado. (MANGUEL, 1997, p. 217 *apud* ORTEGA, 2004, p. 2).

Desse modo, percebe-se que antes de Paul Otlet tentar organizar todo o conhecimento existente no mundo, citado na subseção 2.1 deste capítulo, já havia muito antes, o desejo de reunir todo o conhecimento registrado em outros períodos da história da humanidade.

Entretanto, de acordo com Ortega (2004) ainda não se sabe se o acesso à biblioteca era para todos, ou era restrito aos eruditos.

Dando continuidade, já no período da Idade Média, como o clero detinha bastante status dentro da sociedade, as bibliotecas existentes eram predominantemente de ordem religiosa. Além disso, também vale ressaltar que por volta do século XIII começaram a surgir as bibliotecas universitárias e os colecionadores de livros. No entanto, somente a partir do século XV tivemos uma mudança na produção de livros, a partir da invenção da imprensa de Gutenberg por volta de 1440. Dessa forma, de acordo com Ortega (2004):

a tecnologia da impressão promoveu uma primeira modificação na atividade da organização e preservação de documentos, uma vez que, aos poucos, foi retirada da biblioteca a tarefa de reprodução de manuscritos realizada pelos copistas, que passou a ser feita em oficinas especializadas. (p. 2).

Com isso, houve um aumento muito grande na produção de livros, sendo um evento que buscava alcançar mais a produção dos livros em uma perspectiva comercial do que intelectual. Além disso, vale ressaltar que após o surgimento dos livros tipográficos, houve uma separação entre a biblioteca, o arquivo e o museu, pois os três segundo Ortega (2004) eram até então, similares. No entanto, com o grande volume dos livros e com o surgimento das bibliotecas públicas no século XVII na Europa e nos Estados Unidos, a biblioteca passou a ganhar um destaque social maior dentro da sociedade.

Diante disso, com o surgimento das bibliotecas públicas, o bibliotecário teve que reavaliar a forma como organizava e trabalhava com os documentos que eram produzidos durante o comércio e popularização do livro, pois até então, o bibliotecário era responsável por fazer cópias dos livros. Desse modo, a Biblioteconomia passou a realizar atividades que a Documentação já realizava.

Assim sendo, já no final do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação apresentavam um desenvolvimento quase inseparável, que começou a ocorrer a partir do século XV, período marcado pelo crescimento de livros no comércio em decorrência da invenção da imprensa de Gutenberg. Dessa maneira, durante esse período passou-se a ser muito difícil distinguir uma área da outra, pois as duas áreas:

surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns (como as fichas de 7,5 por 12,5 cm e a Classificação Decimal de Dewey-CDD), tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens. (ORTEGA, 2004, p. 3).

Logo, percebe-se que as duas áreas possuíam as mesmas necessidades e utilizavam os mesmos instrumentos, porém, possuíam interesses distintos. Por conta disso, a Biblioteconomia e a Documentação passaram séculos sendo confundidas por serem muito próximas e utilizarem os mesmos meios com fins distintos.

Dessa forma, segundo Ortega (2004) somente no final do século XIX com a contribuição de Paul Otlet e Henri La Fontaine, que a Documentação passou a ser sedimentada e desenvolvida, se diferenciando dessa forma, da Biblioteconomia. Ademais, outro fato que contribuiu para o acentuamento entre as duas áreas, foi a Segunda Guerra Mundial, que trouxe necessidades relacionadas à recuperação da informação em meio a grande produção bibliográfica.

Além disso, vale ressaltar que a Segunda Guerra Mundial contribuiu para que houvessem vários avanços tecnológicos no campo da Biblioteconomia, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, como o surgimento de cópias fotostáticas e o microfilme utilizado para fazer cópias de documentos gráficos, assim como, regras de catalogação e classificação.

Entretanto, de acordo com Ortega (2004) essas ideias tecnológicas não foram tão bem aceitas pela Graduate Library School da University of Chicago, considerada o centro intelectual de prestígio nos Estados Unidos, pois o objetivo central de estudo, estava concentrado na informação de massa e na função social e cultural das bibliotecas após as transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que as bibliotecas públicas se desenvolviam, as atividades desempenhadas pelos documentalistas se desenvolveram, pois durante o século XIX e século XX, havia uma divisão de interesses entre o desenvolvimento das bibliotecas públicas e os processos documentários. Dessa forma, logo em seguida, surge a Ciência da Informação que foi desenvolvida em consequência da explosão informacional, que pode ser entendida como:

parte do reconhecimento de sua interdisciplinaridade, de sua natureza social, forte e profundamente relacionada à tecnologia da informação e do novo papel da informação na sociedade e na cultura contemporâneas, características essenciais da área". A Ciência da Informação tem suas raízes na bifurcação da Documentação/Bibliografia e da Recuperação da Informação (Information Retrieval). É uma ciência social cujo objeto é a informação, tendo início no campo da informação científica e tecnológica, passando a atuar também com a informação para fins educacionais, sociais e culturais. Apresenta interfaces com a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva, Sociologia da Ciência e Comunicação, entre outras áreas. (PINHEIRO, 1999, p. 156 *apud* ORTEGA, 2004, p. 8).

A partir disso, percebe-se que a Ciência da Informação conversa com várias áreas e que teve sua criação relacionada com a explosão informacional e com o desenvolvimento tecnológico, além do período em que a Biblioteconomia passou a ter uma atenção maior com o papel da biblioteca a partir de um aspecto social e cultural.

Por outro lado, a partir do surgimento da Ciência da Informação, a Documentação foi muitas vezes chamada de antiquada, por conta do seu desenvolvimento como área ter sido tardio, pois a primeira grande contribuição e consolidação da área, ocorreu apenas com a contribuição de Paul Otlet e Henri La Fontaine, a partir da criação do *Traité de Documentation*. No entanto, embora tenha sido tardio, o seu desenvolvimento como área:

Para Frohmann (2004), os estudos contemporâneos devem muito ao movimento documentalista do final do século XIX ao início do século XX, pois as práticas documentárias foram as primeiras a contemplar o tratamento da informação. Segundo este autor, a Documentação, em seu sentido amplo, cobre um território maior que os estudos de informação. (ORTEGA, 2004, p. 8).

Com isso, vale destacar que com o desenvolvimento da Documentação como área, ao mesmo tempo que as bibliotecas públicas se desenvolveram durante os séculos XIX e XX, houve uma ruptura na forma de tratar o documento no campo da Biblioteconomia, pois com o forte crescimento informacional após a Segunda Guerra, os bibliotecários passaram a trabalhar com os documentos de forma diferente.

Desse modo, a área de Biblioteconomia passou a aderir instrumentos utilizados pela área da Documentação, a fim de melhorar o aspecto organizacional e também a se preocupar com questões relacionadas ao gerenciamento de bibliotecas. Além disso, vale ressaltar que durante o mesmo período também houve uma ruptura no âmbito da Bibliografia, pois a mesma era sinônimo de Biblioteconomia, passando a ser aderida a Documentação no século XIX.

Diante disso, entende-se que a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação são áreas que se relacionam entre si, tanto de forma conceitual quanto histórica, pois, de acordo com Ortega (2004), a Biblioteconomia “encontra na Ciência da Informação a possibilidade de construção de referenciais teóricos e de conquista de status científico” (p. 11).

Por outro lado, já na área da Documentação, as técnicas documentárias contribuíram para o melhoramento de serviços e gerenciamento das bibliotecas, pois a Documentação “desenvolveu princípios e técnicas voltadas à organização e recuperação da informação,

independente dos suportes e tipos documentais e com base nos contextos de aplicação e tipos de informação” (ORTEGA, 2004, p. 11).

Diante de tudo que foi apresentado, infere-se que a partir do desenvolvimento da escrita e do crescimento informacional após a Segunda Guerra Mundial, responsáveis por gerar documentos de diferentes instâncias, iniciou-se a preocupação com a organização dos documentos, com a guarda e preservação dos mesmos, a fim de difundir a informação, por meio da recuperação da informação e da representação temática.

Portanto, tanto a Biblioteconomia, quanto a Documentação e a Ciência da Informação, são áreas que procuram solucionar problemas de ordem informacional, cumprindo dessa forma, o seu papel social e cultural dentro da sociedade. Além disso, são áreas que, embora possuam objetivos diferentes dentro da sociedade, são áreas similares que possuem o mesmo objeto de estudo e que colaboram entre si, enriquecendo dessa forma, os seus campos de estudo.

2.3 O MOVIMENTO NEODOCUMENTALISTA

No campo da Biblioteconomia e da Documentação, a partir do momento que a imprensa de Gutenberg foi desenvolvida, houve várias mudanças em decorrência do crescimento de livros no comércio, como podemos ver no subcapítulo 2.2 deste capítulo. Com isso, o desenvolvimento do conceito de bibliotecas públicas e os avanços no campo da Documentação, proporcionados por Paul Otlet, ao publicar o *Traité de Documentation*, foram fundamentais para enfrentarem uma nova era, onde o crescimento informacional passou a crescer.

Dessa forma, a fim de atender os problemas de ordem documentária, surge o Movimento Neodocumentalista em meados do século XX, onde faz indagações acerca do conceito de documento e o que pode ser considerado documento, frente às novas tecnologias. Com isso, iniciou-se um debate em cima das ideias desenvolvidas por Paul Otlet e Suzanne Briet, onde afirmavam respectivamente, segundo Santos, Farias, Feitosa, Cavalcante e Nunes (2018) que o objeto é considerado documento, a partir do momento que é transmitido uma informação, e que o documento é uma evidência registrada, capaz de provar um fenômeno físico ou conceitual.

A partir das indagações a respeito do documento, de acordo com Rodrigues e Baptista (2020) o Movimento Neodocumentalista nasce a partir de tentar compreender o documento em meio a uma realidade física e uma realidade virtual, a fim de entender também a relação

entre os dois meios. Dessa forma, os pesquisadores utilizaram as obras de Otlet e Briet para entender. Com isso, vale ressaltar que os primeiros estudos sobre neodocumentalismo, utilizaram alguns termos para tratar sobre esse movimento, como neodocumentalismo, neo-documentação e redocumentarização.

Dessa maneira, segundo Rodrigues e Baptista (2020), um dos primeiros termos utilizados foi o “neodocumentalista”, utilizado para dar nome a uma rede de pesquisa, que logo mais tarde ficou conhecida como *Document Academy*. Ademais, outro termo que foi utilizado foi a “redocumentarização” em um artigo publicado por Roger T. Pédaque, pseudônimo da rede coletiva de pesquisa, chamada de *Réseau Thematique Prioritaire (RTP - doc)*, que possuía o objetivo de estudar documentos digitais

Assim sendo, após essa rede de pesquisadores iniciar os trabalhos focados na transição entre os documentos analógicos e o documento digital, onde esse processo ficou conhecido por eles como redocumentarização, obteve três trabalhos publicados que apresentavam três definições sobre o documento, diante da evolução do documento tradicional para o documento digital. Desse modo, apresentaram três definições, cita-se a forma, que é como a informação está registrada no suporte, por exemplo, documentos escritos e documentos com dados codificados, no caso de documentos digitais; o sinal, onde qualquer objeto físico pode possuir; e a mídia, que está relacionada com a mediação social do documento.

Logo, percebe-se que “com a migração do documento para o ambiente digital, a redocumentarização surge para analisar as transformações ocorridas no documento dentro desse contexto” (RODRIGUES; BAPTISTA, 2020, p. 40). Além disso, vale ressaltar que o interesse em analisar esse processo no ambiente digital foi de interesse específico da rede de pesquisa RTP - Doc.

Por outro lado, outros grupos passaram a fazer estudos sobre o campo da Documentação, tendo outros objetivos em comum, como por exemplo:

o foco dos estudos sobre o documento pelo comitê formado na Universidade de Tromsø, na Noruega, afirma Lund (2009), tinha um objetivo mais pragmático que teórico. As motivações para retornar ao documento e a Documentação eram formular um programa de formação que fornecesse base aos profissionais da informação para que estes soubessem lidar com documentos de todos os tipos. (RODRIGUES; BAPTISTA, 2020, 40).

Diante disso, vários pesquisadores passaram a fazer estudos sobre a Documentação clássica, desenvolvida por Otlet, como Bernd Frohmann, González de Gómez, Ronald Day, Niel Lund e Gustavo Saldanha que são autores conhecidos em contribuir para o Movimento

Neodocumentalista que surgiu a partir de questões ligadas aos documentos digitais, que abriram margem para repensar o que podemos considerar documento, já que estão em um ambiente digital que não possui estruturas físicas, fugindo assim, da perspectiva tradicional da Documentação. Dessa forma:

a documentação digital desafia o cenário tradicional da disseminação da informação, o de sujeitos autônomos comunicando-se ou trocando “informações” uns com os outros – porque a intencionalidade, característica essencial do cenário tradicional, está ausente na geração de um vasto conjunto de enunciados digitais. Sua produção e processamento ocorrem fora da consciência. (FROHMANN, 2008, p. 30, grifo do autor *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 10).

A partir disso, segundo González de Gómez (2011), podemos entender que com o surgimento de dispositivos digitais e da sofisticação dos mesmos, percebemos que os documentos digitais estão se distanciando dos aspectos físicos que o documento tradicional possui. Com isso, a fim de elucidar questões relacionadas à variedade de suportes, vários pesquisadores buscaram os trabalhos desenvolvidos por Otlet no século XIX, trabalhos estes, que ganharam visibilidade, assim como os trabalhos desenvolvidos mais tarde por Suzanne Briet.

Diante disso, “os teóricos atuais do documento, podem se concentrar na diversidade de documentos e estudar a ampla gama de problemas relacionados aos processos de documentação e aos documentos resultantes destes” (LUND, 2009, p.41, tradução nossa *apud* RODRIGUES; BAPTISTA, 2020, p. 41).

Contudo, vale ressaltar que há uma preocupação por parte dos pesquisadores que fazem parte da Ciência da Informação em definir o conceito de documento em meio a tantas transformações tecnológicas e sociais, pois ao analisar as definições de documentos presentes no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de Cunha e Cavalcanti (2008), podemos encontrar cerca de 19 definições acerca do documento. Diante disso, podemos encontrar definições que reforçam as ideias de Otlet e Briet, como podemos ver abaixo:

1.2 Representação da realidade sob uma forma literária (escrito, texto), ou gráfica, ou plástica (ícone, imagem) (OTL, p. 372). 1.3 Qualquer base de conhecimento fixado materialmente, suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova (UFOD, p. 5). 1.5 Peça única de material escrito ou impresso que fornece evidência ou informação sobre qualquer assunto (DOC, p.20). (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 132).

Sendo assim, percebe-se que há definições que reforçam as ideias já estabelecidas durante o século XIX, quando Otlet estava consolidando a Documentação. Por outro lado, o

dicionário também mostra os conceitos que foram desenvolvidos a partir da década de 70, frente a modernidade, como vemos abaixo:

2.2 Unidade que consiste em um suporte de dados, nos dados registrados nesse suporte de dados e o significado atribuído aos dados (WN, 21-18, 1976). 2.4 Qualquer tipo de registro, sejam quais forem seus dados ou configurações, quer se encontre em papel, pergaminho ou filme, ou em qualquer outro material. O termo documento está sendo empregado quando se menciona ‘livro’ ou qualquer outra forma de registro (HARR, p. 283). 2.8 Conjunto formado por um suporte da informação, pelos dados nele registrados e seu significado (AFNOR, p. 50). 2.11 Informação registrada, estruturada para a compreensão humana. Esta definição admite tanto os documentos em papel (substanciais), como os documentos eletrônicos (insubstanciais). 2.13 Num sistema de hipertexto, uma coleção de informação, onde se podem enlaçar muitas partes dos documentos, dentro e fora deles. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.132).

A partir disso, nota-se que houve uma evolução ao longo das décadas em relação a como o documento é compreendido, dessa forma, infere-se que isso se deve ao contexto de cada época, onde o conceito de documento era reavaliado e reinventado, atendendo dessa forma, as necessidades de cada contexto social e tecnológico.

Ademais, entende-se também que “a ideia de documento, mais ampla que a de livro, [...] permite o reconhecimento dos múltiplos suportes de conteúdo informacional que beneficiarão toda e qualquer atividade humana” (TALAMO; SMIT, 2007, p. 34 *apud* RODRIGUES; BAPTISTA, 2020 p. 42). Dessa forma, com a ampliação do conceito de documento, possibilita que vários suportes sejam aceitos como documentos, sem se fixar somente a materiais gráficos.

Além disto, Rodrigues e Baptista (2020) citam Rabello (2009) que defende que as ideias de inovação no campo da Documentação trouxeram novos conceitos que integram a segunda fase da Documentação, impulsionado pelas ideias de Suzanne Briet e seus seguidores.

A partir disso, com a contribuição dos autores que fazem parte da segunda fase da Documentação, o conceito de documento passou a ser entendido da seguinte forma:

[...] nenhum documento é propriamente objetivo, ou seja, de que nenhum objeto/suporte nasce com status de documento, pois tal aspecto valorativo somente se constituirá a posteriori. Nesse contexto, o documento será o produto de um processo de objetivação (valoração) num ato interpretativo e de atribuição de significados e sentidos, sob a influência dos aspectos subjetivos “condicionados” pelo contexto social e cultural com os quais os sujeitos necessariamente se relacionam. (RABELLO, 2009b, p. 11 *apud* RODRIGUES; BAPTISTA, 2020, p. 42).

Com isso, percebe-se que dependendo do documento, ele não nasce necessariamente como documento, pois dependerá do seu valor histórico, cultural e social para a sociedade e para gerações futuras. Ademais, vale ressaltar, que com o avanço tecnológico e com a ampliação do conceito de documento, surgiram várias indagações no campo da Ciência da Informação, pois encontrou-se dificuldade para definir uma única definição que abrangesse o conceito de documento. Diante disso, Saldanha (2013), citado por Rodrigues e Baptista (2020), apresenta algumas problemáticas enfrentadas na Ciência da Informação, quando afirma que:

há uma problemática que traz novos elementos e precisa de solução (O que é um documento? O que é um documento digital?), um rico referencial teórico esquecido (Documentação tradicional de Otlet-Briet) e pesquisadores em Ciência da Informação dispostos a unir ambos e construir uma solução por meio de uma renovação no olhar sobre esse referencial. (p. 44).

Dessa maneira, de acordo com Rodrigues e Baptista (2020) para tentar solucionar esses problemas, foi preciso compreender o conceito de documento, “pois só compreendendo o que é um documento na sua essência, com propriedades bem definidas é que se torna possível identificar um documento em qualquer outro ambiente ou suporte que evolui continuamente” (p. 43). Assim sendo, os pesquisadores buscaram nas obras de Otlet essas respostas, passando dessa forma, a ser difundida em outros países, como Canadá, Dinamarca e Estados Unidos.

Diante de tudo isso, de acordo com Rodrigues e Baptista (2020):

percorrido o trajeto do conceito a partir das premissas documentalistas até a revisitação do conceito pela perspectiva neodocumentalista, partindo da análise da construção do conceito, segundo uma evolução histórico-social, é possível visualizar a evolução tanto do conceito quanto da ciência nos moldes neodocumentalistas. (p. 45).

A partir disso, vale destacar como se deu o processo de construção do conceito de documento que temos hoje, pois segundo Ludwick Fleck, citado por Rodrigues e Baptista (2020) entende que o resgate do conceito de documento formulado no século XIX, surge da necessidade de compreender como esse conceito é transformado e adaptado frente às tecnologias e na sociedade, pois segundo ele, “não existe nenhuma geração espontânea de conceitos, senão os que já estão determinados por seus antepassados” (FLECK, 1986, p.67, tradução nossa *apud* RODRIGUES; BAPTISTA, 2020, p. 45).

Ou seja, a partir da citação do autor, entende-se que nenhum conceito surge do nada, pois são construídos a partir de outros conceitos já existentes e que foram resgatados e reformulados a partir do contexto social. Dessa forma, infere-se que o fator social é algo importante, pois influencia na forma de produzir ciência.

Ademais, segundo Fleck (1986) citado por Rodrigues e Baptista (2020), vale ressaltar que a todo momento as pessoas que fazem ciência estão sujeitas a serem influenciadas por qualquer fator ou pensamento humano, através da troca de ideias, que no final podemos chamar de coletivo de pensamento ou estilo de pensamento, que são grupos que possuem interesse em comum e buscam representar uma ideia, como no caso do *RTP - Doc* e do *Document Academy*, que já foram citados aqui.

Diante disso, segundo Rodrigues e Baptista (2020), a partir do momento que a Ciência da Informação deparou-se com mudanças sociais e tecnológicas, percebeu que os conceitos de documento e informação precisavam ser revistos. Desse modo, revisitaram os conceitos estabelecidos na Documentação Clássica, a fim de entender o que podemos considerar como documento na atualidade.

Por fim, o que temos hoje compreendido como documento, fincado a partir de um coletivo de pensamento, é algo que está para além do conceito de documento nas áreas da Documentação e da Ciência da Informação, sendo chamado de Neodocumentalismo. Com isso, a partir da perspectiva defendida pelo Movimento Neococumentalista, podemos entender que o conceito de documento está em processo de construção frente às tecnologias e as informações veiculadas em diferentes suportes.

3 A RESISTÊNCIA E A CONTRIBUIÇÃO CULTURAL DOS NEGROS NO CEARÁ

Seção destinada a apresentar as subseções: 3.1 - Negros no Ceará; 3.2 - A Irmandade dos homens pretos de Nossa Senhora do Rosário; e 3.3 - O surgimento do maracatu em Fortaleza, que tratam respectivamente do sistema escravocrata no Ceará e o Movimento Abolicionista; da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário enquanto núcleo de resistência cultural e solidária; e o surgimento dos maracatus em Fortaleza.

3.1 NEGROS NO CEARÁ

Para entender o maracatu, é necessário entender a história dos índios que já habitavam o Brasil e dos negros vindos da África que foram massacrados pela colonização portuguesa que se baseavam na escravidão de outros povos, através da força bruta, fazendo com que os indígenas fossem convertidos ao Cristianismo e os africanos fossem vistos como seres sem alma e sem identidade, sendo considerados “peças” geradoras de lucro.

No Ceará, a colonização dos índios deu-se tardiamente e de forma violenta, pois segundo Carneiro (2007):

Logo que aqui chegaram, já dominaram os nativos, apelidando-os de índios, por meio de lutas e massacres sangrentos. O contato não fora tão fácil, sendo necessárias diversas expedições para povoar e colonizar o Nordeste e o Ceará, povoamento que se deu um pouco tardiamente, sobretudo em razão das distâncias geográficas. (p. 31).

Por outro lado, os africanos que chegaram ao Brasil foram negociados e espalhados por todo o território brasileiro, resistindo a opressão da Igreja e da sociedade, através da manutenção de seus costumes nas senzalas, inicialmente, a fim de manter seus traços identitários através da luta de capoeira, do lundu, do jongo e de outros traços culturais vindos da África.

Segundo Carneiro (2007), no Ceará “a contribuição negra foram pequenas, culminando com o mote racista de que ‘no Ceará não tem negros’” (p. 32), pois os negros foram traficados em menor número, sendo comprados para trabalharem como empregados domésticos nas fazendas, já que os índios ficavam responsáveis pela pecuária. Com isso, entende-se que “o Ceará não desenvolveu uma economia majoritariamente escravista, uma vez que a pecuária teria absoldido mais a mão de obra indígena. Tais motivos levaram o Ceará

a libertar seus escravos antes da proclamação da Lei Áurea” (SILVA, 2004, p. 111) que se deu quatro anos antes, ficando o Ceará conhecido como “Terra da Luz”.

Além disso, outros autores, como Tomaz Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão, Florival Seraine e Yaco Fernandes contribuíram para a afirmação e a ampla divulgação de que não existiam negros no Ceará, pois fizeram estudos pautados na presença do negro em trabalhos escravos, onde chegaram a conclusão de que a escravidão no Ceará foi branda e que ao libertarem os escravos no ano de 1884, só confirmaram ainda mais essa análise.

Por outro lado, existem autores que defendem a existência e a forte contribuição cultural dos negros no Ceará, como Sobrinho (2009), que afirma que:

por mais que a presença de uma cultura africana de origem congo-angolesa na província do Ceará tenha sido pequena, não significa que se deva desprezá-la, considerando-a insignificante. E mais, não temos no momento um estudo que nos apresente elementos que nos possibilite negá-las. Portanto, partiremos de uma certeza irrefutável - houve escravos no Ceará. Isto aponta para o fato destes no seu cotidiano imprimirem a partir de suas ações, sua cultura, em todas as instâncias da vida social (independente desta marca ter sido muito ou pouca), já que eram livres ou cativos e neste mundo foram utilizados como mão de obra - ‘aptos para qualquer serviço’. (p. 95).

Desta forma, entende-se que a análise feita por outros autores, aqui citados, foram análises rápidas e pouco fundamentadas, pois embora o número de negros traficados para o Ceará tenha sido menor que nos outros Estados do Nordeste, a violência sofrida no período escravocrata foi a mesma, havendo rebeldia e resistência.

Dessa forma, diante da escravidão no Ceará, surgiram alguns movimentos sociais, como o Movimento Abolicionista, as Irmandades dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário, Quilombos e a manutenção de religiões de matrizes africanas. Dessa maneira, o Movimento Abolicionista foi responsável por encontrar possibilidades de libertar os negros escravizados de seus “senhores”, fazendo com que os escravos tomassem consciência política da luta por sua liberdade através da carta de alforria.

Com isso, para colaborar com a libertação dos escravos, foi criada a Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário, que pode ser entendidas como:

uma instituição que, a seu modo, intervinha no mundo dos escravos e tornava-se um espaço de encontro dos libertos e dos livres. Produtora de relações afetivas e de solidariedade, em muitos momentos, a quem os escravos recorriam para consecução da alforria. Interessante é que tudo era feito com a autorização dos senhores, ou de representantes, que deviam seguir as ordens expressas pela Igreja. Acreditavam que assim podiam tornar os escravos cristãos, conformados com a condição social, quebrando a identidade africana e a resistência ao cativeiro. (SOBRINHO, 2009, p. 114).

A Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário existiam em várias regiões do território nacional, mas no Ceará, podiam ser encontradas nas cidades de Crato, Fortaleza, Sobral, Quixeramobim, Barbalha e outras, sendo consideradas “núcleos de resistência cultural e política, como associações de ajuda mútua aos negros libertos e aos escravizados” (CARNEIRO, 2007, p. 34).

Diante disso, o Ceará foi o primeiro Estado a apoiar o Movimento Abolicionista, sendo o primeiro Estado a libertar seus escravos, fazendo com que os negros buscassem modos de sobreviver na sociedade, pois foram segregados socialmente e excluídos do sistema produtivo, fazendo com que ficassem à margem da sociedade.

Por outro lado, embora muitos autores tratem a questão da abolição no Ceará como algo humanitário, vale ressaltar que durante meados do século XIX, o Ceará passava por um período de urbanização. Com isso, surgiram os primeiros prédios que ainda existem até os dias de hoje, como a Biblioteca Pública, a Academia Cearense de Letras e a Santa Casa de Misericórdia. Além disso, vale destacar também o crescimento populacional e o surgimento de um novo cenário social, composto por intelectuais da época, sendo um ambiente propício a novas ideias que eram difundidas pelos meios de comunicação, fazendo com que houvesse a difusão e a aceitação das ideias abolicionistas.

Dessa forma, segundo Caxilé (2009):

quando as sociedades libertadoras surgiram, o sistema escravista cearense estava bastante desgastado. A forte estiagem que começou no ano de 1877 e terminou em 1879 foi responsável por obrigar grande parte dos fazendeiros da província a vender, como uma das alternativas de sobrevivência, quiçá os únicos bens que ainda possuíam: os escravos. (p. 183).

Diante disso, entende-se que a urbanização e a seca que ocorreu durante a década de 70, foram fatores que contribuíram para a abolição no Ceará, pois a mão de obra escrava já não gerava lucro. Além disso, outro fator que contribuiu para a abolição, foram os ideais dos abolicionistas que tinham o objetivo de mudar a estrutura da sociedade e a participação política, fazendo com que a camada mais baixa da sociedade, também tivesse participação, aumentando assim, o poder. Dessa forma, os negros libertos acabaram ficando à margem da sociedade, buscando sobreviver e tentando manter a sua cultura nos subúrbios da cidade.

3.2 A IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

As Irmandades dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário foram construídas por negros e funcionaram até meados do século XX. Com isso, os negros nascidos livres, cativos e libertos fundaram um espaço de solidariedade e de resistência cultural, onde prevaleciam seus costumes e tradições. Além disso, segundo Schwarcz e Reis (1996):

Os negros encontraram nelas um importante espaço de organização e reconstrução de uma solidariedade étnica, que foi, aos poucos, tornando-se também um espaço de luta contra a escravidão. Essas Irmandades, que em geral reuniam negros de uma mesma origem étnica, se propunham a cuidar da sua vida espiritual (organizando festas religiosas, enterros cristãos, construções de igrejas etc.) e também de sua vida secular, por exemplo, arrecadando fundos para a compra de cartas de alforria e auxiliando seus membros no dia-a-dia. (p.200).

Dessa forma, percebe-se que as Irmandades eram um dos principais meios de organização no Ceará e no Brasil, formado por negros cativos, libertos e nascidos livres. No entanto, para a Irmandade funcionar, era necessário apresentar um estatuto à autoridade eclesiástica, já que se tinha uma forte ligação com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Com isso, logo mais tarde, esse compromisso virou uma lei provincial, com o intuito de tentar controlar o que acontecia nas Irmandades.

Entretanto, segundo Marques (2006):

mesmo sofrendo uma tentativa de controle durante a confecção dos compromissos, as irmandades foram espaços importantes para manifestações identitárias e de sociabilidade de negros cativos e livres, afinal, seus estatutos estabeleciam práticas que eram do interesse dos irmãos, como os enterramentos e as festas de coroação de rei e rainha negros, cargos normalmente reservados a escravos. (p. 203).

Diante disso, a partir da citação acima e da análise do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da povoação da Lapa de 1868, percebe-se que a Irmandade era composta por vários cargos, ocupados por negros, como juiz, escrivão, procurador, tesoureiro, secretário e empregados. Além disso, no documento do Compromisso da Irmandade, explicavam as funções e como deveriam acontecer a eleição do rei e da rainha, a festividade e dos direitos que os negros tinham ao morrer, como mostra no Cap. 9º do Art. 34 ao 37, onde afirma que se um irmão falecer e tiver pago todas as contribuições impostas, ele terá direito a quatro missas, seu corpo será acompanhado até a sepultura e terá missa anualmente.

Com isso, entende-se que os impostos eram cobrados aos negros que faziam parte da Irmandade do Rosário, a fim de assegurar a sua alma após a morte, além de contribuírem para a compra de cartas de alforria, pois os irmãos que não podiam pagar, havia uma espécie de solidariedade entre os mesmos.

Dessa forma, percebe-se que as Irmandades do Rosário eram espaços de sociabilidade e resistência, porém, também eram espaços onde haviam festejos, pois segundo Marques (2009), apesar de já no final do século XIX existir poucos trabalhadores escravizados, se fazia necessário encontrar métodos e alternativas que trouxessem uma satisfação pessoal durante o cotidiano, fazendo com que houvesse festejos e outros divertimentos. Com isso, surgem os autos de rei do congo, maracatus, sambas e outros festejos.

Os autos de rei do congo eram peças teatrais que aconteciam na Igreja do Rosário, onde aconteciam encenações de guerra que ocorriam na África, além de cantorias que mostravam uma crítica social às experiências cotidianas. Além disso, nos autos de rei do congo, acontecia a coroação de reis negros, que pode ser considerado o ápice da festa.

Diante disso, percebe-se que os autos de rei do congo não eram apenas festejos, mas um ato de resistência, sociabilidade e uma forma de aliviar as tensões sociais, através do resgate da cultura de seus antepassados, pois as “confrarias de negros como as de Nossa Senhora do Rosário exerciam, além da ação social, a ação protetora amparando seus membros e defendendo-os dos excessos do sistema escravista, embora não fosse possível empreender uma ação direta e global sobre tal sistema” (RODRIGUES, 2006, p. 55).

Outro ponto que vale ressaltar, é que os autos de rei do congo não era exclusivo para negros, mas para qualquer pessoa de outra cor, além disso, a festa se concentrava no centro da cidade, fazendo com que houvesse um destaque e concentração de público, que muitas vezes era resultado dos anúncios que eram veiculados nos jornais que circulavam em meados do século XIX, pois de acordo com Marques (2009), “os autos de rei congo e as irmandades queriam ser vistos, divulgando suas festas em anúncios publicados em jornais. Eram especificidades que certamente influenciaram na constituição de cada uma dessas manifestações” (p. 97).

Com isso, percebe-se que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Fortaleza possuía dois momentos, o primeiro era voltado para o religioso, onde havia a missa e a procissão em devoção a Santa do Rosário, que é considerada a padroeira dos negros, e o segundo momento era relacionado com o profano, onde havia a realização da coroação dos reis do Congo dentro da Igreja, onde em seguida saía em cortejo pelas ruas da cidade. Ou seja, percebe-se que ao mesmo tempo que os negros homenageavam Nossa Senhora do Rosário, também realizavam manifestações de origens africanas, onde eram coroados, assumindo uma maior aproximação com a Santa, podendo ter um bom destino pós-morte, e assumindo cargos que comandavam as festas na Igreja. Ademais, de acordo com Marques (2009):

Ao se tornarem “filhos” de Nossa Senhora do Rosário, os negros se permitiam assumir uma identidade reconhecida tanto pela Igreja quanto pelo Estado. No caso dos cativos, normalmente vistos pelos senhores como “peças” que podiam ser vendidas a qualquer tempo, o tornar-se “irmão” era mais uma forma de assumirem a condição (humana) de sujeitos na sociedade escravista onde estavam inseridos. (p. 101).

Com isso, percebe-se que ao serem coroados e tornarem-se filhos de Nossa Senhora do Rosário, os negros assumiam uma posição de prestígio e cargos dentro da Irmandade, havendo uma hierarquia. No entanto, segundo Marques (2009):

ocupar um cargo hierárquico dentro da Irmandade não gerava direito de dar ordens a cativos na cidade. Havia, sim, um reconhecimento dessas figuras em torno das quais se dava a festa da coroação, o que promoveu a junção de gente variada; desde brancos simpáticos à confraria até adeptos de outras práticas festivas negras, como congos, sambas, maracatus, bumba-meu-boi. (p. 113).

Contudo, dentre os eventos realizados pela Irmandade, o que mais se destacava eram as festas, que levavam para as ruas os sons, as danças, os ritmos e as cores, atraindo assim, muitas pessoas. No entanto, a ocupação do espaço urbano em Fortaleza não ocorria sem reclamações, pois a Igreja e alguns membros da sociedade eram contra, pois “as festas de coroação de reis negros dentro da Igreja do Rosário era vista com ‘desvio’ das práticas católicas, levando à retirada dos cargos de rei e rainha na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Capital, durante a reformulação do compromisso em 1870” (MARQUES, 2009, p.115).

Diante disso, para a Igreja Católica, era inaceitável a presença de reis negros encenando uma figura monárquica africana dentro da Igreja, que logo em seguida saíam em cortejo pela cidade. Portanto, é nesse contexto em que acontece a rejeição da Igreja em relação a cultura negra, que a partir de 1870 com o fim da eleição de reis e rainhas que comandavam as festividades, houve a diminuição do interesse dos negros pela Irmandade do Rosário. No entanto, a festividade negra persistiu em outros espaços da cidade e em frente a Igreja do Rosário, onde dançavam e cantavam em datas como o dia de Reis.

Dessa forma, o enfraquecimento das festas na Irmandade do Rosário esteve atrelado a crítica sistemática da Igreja e logo mais tarde, em 1884 com a libertação dos escravos no Ceará “as Irmandades dos Homens Pretos, que eram núcleos de resistência social e política, perderam seu sentido de ser, e foram sendo lentamente desativadas”(CARNEIRO, 2007, p. 31). Além disso, outro fator que contribuiu para o enfraquecimento das Irmandades e o deslocamento da festa para os subúrbios da cidade, foi a urbanização, que visava um novo modelo político e social, pois segundo Marques (2009):

ao que parece, o enfraquecimento da confraria era estratégia para a desapropriação de seus bens. Nesse contexto, Edison Carneiro defende que o enfraquecimento das irmandades do Rosário esteve ligado à evolução urbana, que, por sua vez, gerava outras dimensões sociais onde atuavam os negros. E isso valia tanto para os escravos que trabalhavam como ‘negros de ganho’ e que se distanciavam dos senhores, criando oportunidades para se tornarem elementos participantes da vida nas cidades; como para os negros livres, que tinham nas cidades múltiplos caminhos para a ascensão social, ainda que ‘misturando-se às camadas pobres das cidades e participando, ombro a ombro, do seu incerto destino’. (p. 121).

Entretanto, embora esse novo modelo social fizesse com que os negros ficassem a margem da sociedade, buscando uma forma de sobrevivência, não fez com que desaparecessem as festividades negras, pois de acordo com Rodrigues (2006):

reflexo da política de remodelação burguesa do século XIX este isolamento não fez desaparecer por completo a festa dos reis negros na capital da Província. Nem tão pouco evitou que os ‘moços brancos’, algumas vezes filhos da elite que recriminava tal manifestação, continuassem a frequentar os congos e divertir-se com flertes às ‘cabrochas espigaitadas’. (p. 63).

Com isso, durante as últimas décadas do século XIX, as festas de negros continuaram acontecendo e foram aparecendo encenações de autos de rei do congo, maracatus, reisados e outros festejos nos subúrbios da capital do Ceará, consistindo em encenações de guerras que existiam entre impérios e reinos na África, incluindo danças e cantos. Dessa forma, décadas depois, estudiosos afirmam que os maracatus, reisados e congos são frutos dos autos congos que ocorriam no passado, como afirma Carneiro (2007), onde diz que “os reisados de congos, congadas, as coroações e os maracatus são provavelmente trechos desses autos, dessas festas, e, como formas de resistência cultural, se amalgamaram aos festejos carnavalescos, especialmente o maracatu” (p. 34).

3.3 O SURGIMENTO DOS MARACATUS EM FORTALEZA

A origem do maracatu de Fortaleza remonta das festas de negros que aconteciam nos adros das Igrejas, onde haviam as Irmandades dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário. Essas festas eram ligadas ao culto de santos católicos, porém, também estavam ligados a deuses da mitologia africana, onde havia o resgate da cultura, onde aconteciam encenações de guerras, cantos e coroações de reis negros.

Com isso, as festas passaram a ser proibidas pela Igreja Católica, deixando de serem realizadas dentro da igreja, passando a serem realizadas em espaços urbanos, fazendo com

que se transmutassem do sagrado para o profano. Ou seja, logo após as Irmandades perderem o sentido de existir depois da abolição dos escravos, as festas migraram para o carnaval, passando do entrudo para as agremiações carnavalescas que existem atualmente.

O maracatu pode ser entendido como:

[...] uma dança dramático-religiosa de base afro-descendente, caracterizada pelo bailado cênico em alas compostas de múltiplas personagens/figuras simbólicas, reunidas em cortejo e reverenciando, através de loas/macumbas, dos sons pulsantes dos batuques, os temas que dizem respeito aos orixás afro-brasileiros, num grande baile imperial de uma corte africana, composta de rainha, rei, príncipes e princesas, dentre outras personagens que se seguem perfilados em alas temáticas. (CARNEIRO, 2007, p. 47).

Ou seja, é um reinado fictício, onde a realidade recebe um novo significado, tornando-se um microcosmo da África, onde pretos e brancos encarnam vários personagens, fazendo com que nasçam um teatro a céu aberto, composto de sons, encenações, e danças que exaltam a cultura afro, onde negros que foram escravizados são tratados como reis em um cortejo.

Além desse conceito, Marques (2009), afirma que no século XIX, o maracatu era compreendido como um “cortejo que acompanhava os reis negros (congós) coroados na igreja do Rosário, incluindo-se aí tanto a nobreza quanto a diversidade de ‘súditos’ que a seguia pelas ruas da cidade” (p. 168). Ou seja, percebe-se que os maracatus que encontramos no carnaval de rua de Fortaleza, ainda possuem traços dos cortejos chamados de maracatu do século XIX.

Contudo, é difícil saber uma data precisa do surgimento do maracatu em Fortaleza, há quem afirme que no final do século XIX, já existiam maracatus, como é mencionado pelos cronistas da época e por Marques (2009), onde afirma que os maracatus “localizavam-se em áreas fisicamente próximas ao centro, mas longe dos ‘progressos’ da reurbanização; locais habitados por pessoas pobres, muitas delas imigrantes do interior do Ceará” (p. 172).

Diante disso, a partir da citação colocada por Marques (2009), o livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021), responsável por reunir informações sobre os cortejos dos maracatus em Fortaleza e apresentar um parecer técnico que mais tarde o tornou Patrimônio Imaterial de Fortaleza, reitera que:

a primeira proposição de registros sobre a manifestação do Maracatu data-se ao final do século XIX. Segundo memorialistas e cronistas do assunto, como por exemplo, Rodrigo Damasceno, Calé Alencar e Gustavo Barroso, as origens do Maracatu Cearense estão diretamente ligadas às coroações dos reis negros, ocorridas no âmbito das irmandades religiosas. Há na base textual dos relatos coletados, a noção

de que os Maracatus são originados das transformações das celebrações dos Autos dos Reis do Congo na cidade. (p. 135).

Além disso, também apresenta que:

as referências mais antigas encontradas nas citadas crônicas de época da existência de Maracatus no final do século XIX se fazem pela menção aos Maracatus do Oiteiro (antiga Aldeota), Maracatu da rua São Cosme Damião (atual Padre Mororó, Centro), Maracatu da Apertada Hora (atual Governador Sampaio), o Maracatu do Morro do Moinho Conrado (atrás da estação ferroviária) e o Maracatu na Prainha são referências da existência no período. (p. 135).

Dessa maneira, a partir dessa primeira teoria, podemos inferir que o maracatu surgiu bem antes da década de 30. No entanto, existe uma segunda teoria que o maracatu de Fortaleza tenha surgido com base nos maracatus de Pernambuco, estando ligado a criação do Primeiro maracatu ainda em atividade, o Az de Ouro, fundado por Raimundo Alves Feitosa, conhecido popularmente por “Boca Aberta”, em 1936, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 1 – Raimundo Alves Feitosa



Legenda: Foto retirada do site do Maracatu Nação Fortaleza, 2021.

Raimundo Alves Feitosa (1902-1996), foi uma figura essencial para o desenvolvimento do maracatu cearense, pois foi o responsável por fundar o primeiro maracatu em Fortaleza, levando o maracatu Az de Ouro a concorrer com os blocos, no carnaval de rua

de Fortaleza. O Boca Aberta, era um negro, descendente de escravizados e que já conhecia os autos congos, pois segundo Silva (2009), desde criança que participava de congos, sendo até coroadado, além disso, desde novo participava de reisados.

Dessa forma, ao passar três anos em Pernambuco, Raimundo Alves Feitosa conheceu o maracatu e resolveu trazer para a cena de Fortaleza, como fica evidente em entrevista concedida ao jornalista Lira Neto e ao músico e compositor Calé Alencar em maio de 1995, onde declara:

Eu criei o ‘Az de Ouro’ em 1936, logo que voltei. Um dia, era perto do Carnaval, saí do trabalho e vi as orquestras tocando. Estava com dois amigos que tinham ido comigo tomar umas cachaças. Eu disse pra eles: - ‘negrada, eu queria fazer um bloco aqui em Fortaleza, mas tinha que ser um bloco bem bonito, uma coisa que eu vi lá em Pernambuco e gostei muito’. Eles aí perguntaram que tipo de bloco era. Eu respondi: ‘Ma-ra-ca-tu!’ Eles nem sabiam o que era isso. (JORNAL O POVO, 1995, p. 33 *apud* MARQUES, 2009, p. 180).

Diante disso, o Boca aberta e seus amigos conseguiram fundar o maracatu Az de Ouro em 1936, havendo a aceitação da população cearense que já era familiarizada com os cortejos de reis negros na cidade, saindo com 42 pessoas inicialmente e crescendo o número de brincantes conforme o tempo.

O maracatu Az de Ouro, de acordo com Costa (2009):

[...] estimulou a criação de novos maracatus na década de cinquenta: Às de Espadas, 1950, Estrela Brilhante, 1951 e Leão Coroado, 1958, inspirados em cartas de baralho, para estimular a noção de jogo, competição, assim como aludir a nomes de animais totêmicos africanos, presentes nos maracatus pernambucanos. (p. 33).

Além disso, com o tempo, surgiram nos estandartes dos maracatus o termo nação, que está relacionado com a ideia de pertencimento a cultura afro-brasileira, sendo utilizada no sentido de juntar, de agregar uma comunidade que se identifica com a cultura afro, através de danças, cantos e ritos festivos.

Ademais, o ritmo dos maracatus tradicionais, como Az de Ouro, Às de Espadas e Leão Coroado possuíam um ritmo mais lento, cadenciado e muitas vezes considerado fúnebre, enquanto os outros maracatus que foram surgindo, “optaram pela aceleração, colocando em prática a polirritmia das matrizes musicais afro-brasileira” (COSTA, 2009, p. 46) com o apoio do compositor e músico Descartes Gadelha, responsável pela colaboração na fundação dos maracatus Vozes da África, em 1980, Nação Baobab, em 1995 e Nação Solar, em 2006.

Diante disso, percebe-se que o Az de Ouro, serviu como um laboratório para os outros maracatus que surgiram depois, pois segundo Silva (2004), os “maracatus que encontramos

hoje têm suas bases pautadas no maracatu fundado por Boca Aberta” (p. 70), pois cada maracatu foi criando sua própria identidade, suas cores predominantes, personagens que até então não existiam nos cortejos, como a ala dos orixás, dos africanos e da capoeira, além das características musicais e rítmicas, e temas abordados nas loas.

No entanto, apesar de existirem vestígios de que os maracatus cearenses tenham surgido dos autos de rei do congo no século XIX, o discurso do embranquecimento, onde muitos autores afirmavam não ter negros no Ceará, contribuíram para que houvesse o esquecimento dos antigos maracatus, como é colocado por Silva (2004):

o discurso do embranquecimento foi tão forte, que apagou a memória desses maracatus. Mas podemos encontrar elementos, citados pelos cronistas, que se assemelham às características dos maracatus pós-década de 30, com o fato de homens se vestirem de negras, o dançar arrastado, o som lento, melódico, ‘triste’, quase sepulcral. Ou seja, se investigarmos a fundo, encontraremos muitas lembranças impregnadas na composição dos maracatus pós-década de 30. Afinal de contas, a memória também se encontra presente nas coisas, nos lugares, nos corpos. Nesse sentido, considero que os antigos maracatus ficaram presentes no imaginário social e foram, mesmo sem intenção, incorporados pelos novos maracatus. (p. 70).

Com isso, embora exista esse pensamento, percebe-se que os maracatus carregam traços dos antigos festejos que ocorriam na Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário. No entanto, Raimundo Alves Feitosa foi o responsável por resgatar o maracatu e inovar, fazendo com que o Az de Ouro servisse de inspiração para a fundação de novos maracatus que trouxeram uma nova roupagem e características próprias para o carnaval de rua de Fortaleza.

Além disso, com essas inovações, trouxe também uma forte discussão entorno do tradicional e o moderno, fazendo com que haja uma divisão entre os maracatus que aderem às características tradicionais, como é o caso, do maracatu Rei de Paus, que segundo Silva (2004):

ser tradicional legitima o grupo como os portadores ‘do saber fazer o autêntico maracatu cearense’. Esse saber fazer está ligado às práticas tradicionais, o respeito com o passado, com a forma de conduzir o maracatu. Para eles, não se muda uma tradição. No entanto, sabemos que as tradições são reinventadas, e mesmo enfatizando o ‘eu sou tradicional’, ‘eu sou o autêntico’, o próprio grupo admite a mudança quando é tomada pelas circunstâncias. (p. 81).

Com isso, o maracatu Reis de Paus e o próprio Az de Ouro, mantém as características tradicionais até os dias de hoje, como o ritmo cadenciado, a presença do negrume e os personagens principais, sem a criação de novos personagens. Por outro lado, os maracatus que

surgiram logo após o Nação Baobab, trouxeram novos elementos, como a aceleração rítmica, temas mais alegres e novos personagens, pois segundo Silva (2004), para esses maracatus, “o moderno nem sempre é o novo, o novo pode estar pautado em antigas tradições. O maracatu fala que trouxe um ritmo novo, no entanto sua batida, como eles mesmo falam, é uma mistura de ritmos tradicionais” (p. 94).

Portanto, o que os novos maracatus estão trazendo, é o resgate de uma batida que havia sido esquecida, pois segundo Silva (2004), o próprio maracatu Az de Ouro, logo no início, trouxe uma batida mais acelerada e cantos mais alegres. No entanto, o maracatu Az de Espada, na década de 50, trouxe uma batida mais cadenciada e triste, no qual, os outros maracatus passaram a aderir. Dessa forma, o que os novos maracatus estão trazendo, é um retorno à origem, porém, não existe uma forma certa de se fazer maracatu, pois cada maracatu possui suas próprias características, singularidades e tradições.

4 O MARACATU DE FORTALEZA ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL NA PERSPECTIVA DA DOCUMENTAÇÃO

Seção destinada a apresentar os subcapítulos 6.1 A festa, a teatralização e os personagens dos maracatus em Fortaleza; 6.2 A legitimação do maracatu como patrimônio imaterial de Fortaleza; e 6.3 Patrimônio cultural como documento - reflexões a partir do maracatu, responsáveis por abordar respectivamente, como ocorre a festa do maracatu e a simbologia dos personagens; a política de patrimônio e o processo de patrimonialização do maracatu cearense; e a relação entre o conceito de documento e patrimônio, a partir do maracatu.

4.1 A FESTA, A TEATRALIZAÇÃO E OS PERSONAGENS DOS MARACATUS EM FORTALEZA

Os maracatus de Fortaleza, segundo Mapurunga (2016), possuem características próprias que vão desde a religiosidade à estética, a fim de representar a cultura indígena, africana e europeia, a partir de vários personagens. Ademais, segundo Carneiro (2007):

Os maracatus cearenses [...] guardam características singulares (ritmo dolente, rostos pintados de preto, casal de pretos velhos, balaieiros, a rainha é a figura principal representando a Rainha Njinga Bandi), expressando uma manifestação cultural negra autêntica, sendo diferente daqueles realizados em outros estados (Pernambuco e Alagoas), sendo praticados há cerca de, no mínimo, 70 anos. (p. 50).

Ou seja, os maracatus de Fortaleza possuem uma identidade própria que é representada através de seus personagens fixos, que são indispensáveis, como a calunga, que é um elemento sagrado, e a rainha, que é coroada dentro do cortejo, sendo o ápice da festa. Com isso, vários personagens são obrigatórios dentro do maracatu cearense, porém, existem outros personagens que podem variar, pois depende do enredo a ser trabalhado, podendo surgir novos personagens que se adéquem a letra da loa.

Dessa forma, os personagens considerados fixos, são o baliza, o porta-estandarte, o guia de luz, a incenseira, a calungueira, os índios, o casal de pretos velhos, as iabás ou baianas, o babalorixá e a yalorixá, o balaieiro, o embaixador, a autoridade, o príncipe, a princesa, o porta-pálio, a rainha, o rei, o batuque e os tiradores de loas.

Contudo, vale destacar que antes dos maracatus de Fortaleza entrarem na avenida Domingos Olímpio e apresentarem todos os seus personagens e significados, segundo Cruz

(2011), realizam antes, reuniões a fim de decidir o enredo que será trabalhado; a produção das fantasias dentro do barracão, onde torna-se um ateliê para os artistas plásticos e artesãos, onde a comunidade também ajuda na confecção das fantasias; a criação da loa que será entoada durante o cortejo; e os ensaios coreografados de cada ala, ao som do batuque e dos tiradores de loas.

Com isso, percebe-se que cada integrante possui uma vivência diferenciada dentro do maracatu, pois “enquanto uns se dedicaram profundamente às atividades de preparação do desfile, outros levaram o cotidiano de forma distanciada dos preparativos” (CRUZ, 2011, p. 283), pois há os brincantes que sempre estão no barracão contribuindo para a construção e realização do cortejo na avenida, e os brincantes que vêm apenas para os ensaios, como no caso do batuque e das alas coreografadas.

Diante disso, vale destacar, o momento que antecede o desfile na avenida Domingos Olímpio, pois, segundo Cruz (2011) antes do desfile iniciar, os maracatus se preparam na concentração, indo até o momento em que o desfile inicia. Assim sendo, no momento em que estão na concentração, estão em um camarim a céu aberto, pois é nas ruas que os brincantes se prepararam para entrar nos personagens que atuarão na avenida, vestindo suas roupas com lantejoulas, babados e pintando seus rostos com negrume ou pinturas corporais da cultura indígena.

Além disso, vale lembrar que “nos momentos que antecedem o desfile e, mais precisamente, até o momento de adentrar a avenida, os brincantes vivem uma fase ambígua, [...] pois ainda não foram investidos legitimamente em seus papéis de brincantes do maracatu” (CRUZ, 2011, p. 295), ou seja, ainda estão no processo de assumir suas funções e representações dentro do cortejo do maracatu, que só são concretizadas a partir do momento em que o portão de entrada abre e passam a transmitir uma mensagem para o público, através dos símbolos, dos gestos, da forma como se comportam e da hierarquia que é percebida ao acompanhar o cortejo, através dos personagens.

Dando continuidade, a partir do momento em que o maracatu inicia o cortejo, é contabilizado o tempo de apresentação, que se inicia no cruzamento da Avenida Domingos Olímpio com a rua Barão de Aratanha, até o cruzamento com a rua Senador Pompeu, possuindo um tempo limite de 40 minutos de apresentação, que se ultrapassados, os maracatus perdem pontos, pois são avaliados por jurados que ficam em cabines localizadas em vários pontos da avenida.

Diante disso, o cortejo do maracatu abre com o baliza que pode ser comparado com um bobo da corte que reverencia o público, responsável por anunciar o cortejo com sua dança

cadenciada, acompanhando a batida do batuque, responsável por abrir todas as alas que vêm na sequência.

Ademais, logo em seguida vem o porta-estandarte, responsável em carregar o emblema do maracatu que contém o nome e o ano de fundação do mesmo, além, de trazer as cores predominantes do maracatu, no qual as cores funcionam como a identificação do grupo, como vemos na imagem abaixo:

Imagem 2 - Estandarte do maracatu Rei Zumbi e o Inceseiro



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Avenida Beirar Mar, no ano de 2018.

A partir da imagem acima, percebemos que o estandarte é a bandeira do maracatu. No caso do estandarte do maracatu Rei Zumbi, aqui demonstrado na Imagem 2, percebemos a imagem de Zumbi dos Palmares estampando o emblema que carrega as cores preto e dourado. Dessa maneira, infere-se que o maracatu carrega e representa as ideias de Zumbi, figura muito importante durante o período em que os negros foram escravizados, onde atuou como um dos maiores líderes dos quilombos.

Contudo, embora o estandarte represente as ideias principais e as cores que representam o grupo, “muitos maracatus não ‘se preocupam mais com isso’ colocando a depender do tema qualquer cor em suas fantasias” (SILVA, 2004, p. 80), pois atualmente, é comum os maracatus priorizarem as cores que combinem melhor com os temas trabalhados nas loas. Dessa forma, percebe-se que há uma perda de identidade nas cores carregadas nos estandartes, passando o maracatu a ser mais conhecido pelos temas trabalhados nas loas e o

ritmo musical. Entretanto, ainda há os maracatus que possuem um respeito pelas cores carregadas no estandarte, como os maracatus mais tradicionais, sendo comum as fantasias em sua maioria serem predominantemente nas mesmas cores do estandarte do maracatu, e apenas a ala da corte ganha cores diferentes.

Dando continuidade, logo em seguida vem o incenseiro, demonstrado na Imagem 2, o qual carrega o incensário, objeto responsável por defumar o cortejo, preparando o ambiente espiritualmente para um novo desfile, que segundo Cruz (2011), “pode-se dizer que aspergir águas perfumadas, exalar fumaça, proferir palavras é uma tentativa de purificar o local; em outros termos, de reordená-lo, preparando-o para outro momento” (p. 302).

Com isso, entende-se que o incenseiro é um dos primeiros personagens que representa a religiosidade presente tanto no catolicismo quanto em religiões de matrizes africana, pois é responsável em purificar e preparar o ambiente para o início de um novo cortejo/ritual, através da fumaça ou de água de colônia.

Em seguida, após estes personagens, aparece a primeira ala de índios, representando os indígenas, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 3 - Ala de Índios



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2019.

Com isso, a partir dos elementos apresentados na imagem 3, percebemos que a ala dos índios, possuem o intuito de representar os primeiros habitantes do Brasil, que se apresentam

normalmente em filas e não carregam o falso negrume, mas pinturas corporais, típicas da cultura indígena, como podemos ver na imagem acima.

No entanto, a partir dos elementos apresentados na imagem, como as cores vermelho e amarelo presentes na fantasia, o cocar, o costeiro e a pintura corporal, percebe-se que a imagem do indígena apresentada durante o cortejo do maracatu é uma imagem estereotipada, adaptada para o carnaval de rua de Fortaleza. Diante disso, segundo o livro *Maracatu*, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza - Secultfor (2021), a ala de índios é organizada em filas, organizadas do maior para o menor, onde as pessoas fazem movimentos repetidos, onde possui um índio em destaque, com uma fantasia normalmente pesada e com bastante plumagem.

Dando seguimento, outras personagens consideradas comuns nos maracatus de Fortaleza são as negras que, ao dançarem, cumprimentam o público e são responsáveis em representar as mulheres negras, afro-brasileiras e toda a ancestralidade africana, segundo Carneiro (2007), como podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 4 - Ala das Negras



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

A partir da imagem acima, nota-se que a ala das negras é composta em sua maioria por mulheres idosas que fazem movimentos simples, que usam vestidos rodados, turbantes brancos, luvas pretas e o negrume cobrindo o rosto, como mostra na imagem 4. Além disso,

vale destacar que, segundo Silva (2004), “para alguns elas representam as ‘Iabás’ do candomblé” (p. 57). Ademais, vale lembrar que a ala das negras é uma ala diversificada, pois possui tantos homens quanto mulheres de diferentes idades, organizadas em fileiras, responsáveis em cumprimentar o público com gestos.

Dando continuidade, no meio das fileiras formadas pelas negras, aparece a calungueira, responsável por carregar a boneca Calunga que está vinculado à religião africana, simbolizando a força e o poder matriarcal, onde os brincantes fazem pedidos antes do cortejo, como podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 5 - Calunga



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

A partir da imagem acima, percebe-se que a fantasia da calungueira é igual à da boneca calunga e que a boneca está sempre no alto, sendo apresentada ao público. Com isso, infere-se que o ato dela estar sempre elevada está associado com a figura sagrada que ela representa dentro do maracatu, pois no maracatu a:

essa boneca, por ser ritualística, é uma das peças sagradas mais respeitadas e serve de proteção energética na caminhada do maracatu. Todos os maracatuqueiros fazem reverência a calunga, efetuando algum pedido ou agradecimento. A calunga, muito bem vestida, só sai para as apresentações especiais do maracatu. (MAPURUNGA, 2016, p. 72).

Com isso, entende-se que a calunga é um elemento essencial no maracatu, sendo um símbolo sagrado da religião africana que está inserido no carnaval de rua de Fortaleza, considerado uma festa profana.

Dando seguimento, logo em seguida aparece a ala das baianas, inspirada nas escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro, segundo Silva (2004). As baianas dentro do maracatu são consideradas as negras mães, sendo normalmente interpretadas por mulheres mais idosas e homens, que normalmente sempre saem nos maracatus há muitos anos. Abaixo, podemos ver uma imagem de uma integrante da ala das baianas:

Imagem 6 - Ala das Baianas



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

A partir da imagem acima, percebe-se que a fantasia é bem colorida e grande, diferente da ala das negras, como vimos na imagem 4. Com isso, percebe-se que assim como a ala dos índios, que vimos na Imagem 3, as baianas também sofreram adaptações, passando a aderir características das escolas de samba do Rio de Janeiro, passando dessa forma, a possuir uma maior exuberância dentro do maracatu.

Além disso, outro personagem que compõe o maracatu é o balaieiro, responsável por carregar o balaio de frutas em homenagem às divindades africanas e em agradecimento pelas boas colheitas. Abaixo, podemos ver a imagem do personagem:

Imagem 7 - O Balaieiro



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

A partir da imagem acima, percebe-se que o balaieiro carrega uma cesta grande com frutas artificiais e faz movimentos dançantes, equilibrando o cesto de frutas na cabeça. No entanto, segundo Silva (2004), o balaieiro, responsável por carregar o balaio com as frutas, nos primeiros anos que o maracatu retornaram à cena de Fortaleza, carregavam frutas naturais, só depois de alguns anos, que passaram a trocar as frutas naturais por frutas artificiais, feitas por outros materiais que tornavam o balaio mais leve, podendo o balaieiro ser mais dançante, pois o peso das frutas reduzia os movimentos. Diante disto, mesmo sendo frutas artificiais ou naturais, o significado do balaio continua sendo o mesmo, pois segundo Silva (2004), o balaio pode ser entendido como algo que está “associado à fertilidade, à

natureza. Também representa a atividade de venda exercida pelas negras, libertas ou escravas, com balaios ou tabuleiros vendendo frutas e quitutes” (p. 57).

Dando continuidade, outros personagens indispensáveis no maracatu cearense são o casal de pretos velhos, que, segundo Costa (2009), são “figuras relevantes na composição da encenação por manifestar a força ancestral religiosa dos negros, o casal de Preto Velhos, curandeiros, encontram a sua origem nos terreiros de Umbanda” (p. 143).

Abaixo podemos observar a Imagem 8, referente ao casal de preto velhos que significam a sabedoria, sendo considerados griôs:

Imagem 8 - Casal de Preto Velhos



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Avenida Beirar Mar, no ano de 2022.

Com isso, a partir da imagem acima, percebemos que os personagens simbolizam figuras idosas, símbolo de sabedoria dentro do maracatu, apresentando uma performance encurvada e caminhar lento dentro do cortejo. Além disso, segundo Costa (2009):

[...] Os Preto-Velhos são os espíritos dos antigos escravos [que] representam a humildade, a sabedoria, a simplicidade, a bondade e a indulgência da velhice. Quando se incorporam ao corpo do médium, este se curva sob o peso da idade, dança ou anda mancando e fala suavemente [...] São chamados de pais ou avós (masculinos), de avós ou tias (femininos); dão conselhos e reclamam amigavelmente das pessoas que vêm consultar (PORDEUS, 1993, p. 62 *apud* COSTA, 2009, p. 143).

Dando seguimento, o cortejo do maracatu também apresenta a ala dos orixás, que foi incorporada no maracatu, assim como a ala da capoeira e ala dos africanos, que segundo Costa (2009):

a década de oitenta e noventa foi marcada por um intenso processo de reinvenção cênica, como forma de dimensionar a cultura de matriz africana, que vinha sendo debatida por variados grupos culturais e políticos organizados da cidade. Além da ala dos Orixás, também foram adicionadas a dos capoeiristas, cuja prática se expandia na cidade. Adultos, jovens e crianças aproveitam a ocasião para imprimir suas danças, seja a forma regional ou a angola, bem como a dança maculelé. (p. 146)

O responsável por incorporar esses novos personagens no maracatu foi o Vozes da África, que além de trazer novos personagens, também foram responsáveis por trazer uma nova estética às fantasias e um novo ritmo a batida, que até então, era cadenciada. Com isso, esses novos elementos, considerados modernos por alguns maracatus mais tradicionais, passaram a ser adotados por outros maracatus.

Dando continuidade, outros elementos que podemos encontrar no maracatu são os filhos de santo, que representam a religiosidade africana e o batuque, que fica no meio do maracatu, como podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 9 - Batuque



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

A partir da imagem acima, podemos perceber que o batuque é composto em sua maioria por homens que carregam instrumentos, como caixas, surdos, ferros, agogôs e chocalhos, responsáveis por desenvolver a célula rítmica do maracatu. Além disso, junto do batuque, também tem os tiradores de loas ou macumbeiros, responsáveis por entoar a loa, comunicando assim, o enredo do maracatu.

Por fim, o cortejo encerra com a ala da corte imperial africana, que é a ala mais luxuosa, que segundo Carneiro (2007) “representa a realeza africana, num reinado fictício e fugaz que se desfaz ao cair das fantasias, mas quando estão na avenida, se transformam em verdadeiros nobres e o público aplaude” (p. 132). A ala é formada por príncipes e princesas, vassallos, porta-pálio, guia de luz e rei e rainha, onde suas características e personagens foram herdadas pelos autos congos, pois segundo Costa (2009):

os reis de Congo enunciavam esses distintivos simbólicos, influenciados tanto pela cultura real herdada dos africanos, quanto pela aristocracia portuguesa, que realizava seus préstitos. Os maracatus, por sua vez, alimentaram-se dessas marcas e representam, através do figural, com suas indumentárias, alegorias e adereços à corte simbólica. (p. 148).

Vale destacar que as indumentárias utilizadas na corte são peças luxuosas e pesadas, o que acaba tornando os passos dos brincantes de maracatu mais lentos, sem muitos movimentos, priorizando o gestual que acaba sendo uma forma de interagir com o público.

Além disso, vale lembrar que a personagem mais importante é a rainha, inspirada na rainha Ginga, considerada símbolo de resistência à opressão europeia na África, que de acordo com Costa (2009):

historicamente, N'Jinga adquiriu força mítica pela forte atuação social e política no reinado oriental africano de Ndongo, onde negociou e defendeu seu reinado a partir de fortes combates aos inimigos; quando venceu várias guerras. Fez aliança com o império português, assim como o combateu, conforme a estratégia política. Cristianizou-se, assumindo o nome português de Ana Souza. O mito N'Jinga atravessou o tempo, ecoa no imaginário dos brincantes. (p. 152).

Diante disso, percebe-se que a rainha tem uma forte relevância dentro do maracatu, se mantendo relevante até os dias atuais, onde a coroação da rainha é o ápice do cortejo. Vale ressaltar também, que a rainha durante muitas décadas foi interpretada por homens, sendo somente interpretada por uma mulher, em 1994 no maracatu Nação Baobab.

Abaixo podemos observar a rainha do maracatu, sendo interpretada por uma mulher:

Imagem 10 - Rainha do Maracatu



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

A partir da imagem acima percebemos uma mulher representando a figura da rainha do maracatu, figura esta que possui em seus trajes uma riqueza material, símbolo de poder, onde o “cetro evoca junto à coroa o distintivo real” (COSTA, 2009, p. 149) e o sorriso “configura uma espécie de carisma dos Reis e das Rainhas” (GEERTZ, 2006b, p. 186 apud COSTA, 2009, p. 148).

Dando seguimento, a coroação muitas vezes acontece próximo ao final do desfile, que ocorre na Avenida Domingos Olímpio, próximo aos camarotes, que segundo, Cruz (2011) “há entre os maracatus algumas similitudes, como o local da coroação, a escolha de uma autoridade para realizar a coroação, o espaço ritual em forma circular e o ritmo das loas” (p. 290). Entretanto, não são todos os grupos que fazem a coroação dentro do cortejo, e os grupos que realizam cantam a música de coroação que pode variar para cada maracatu.

Diante de tudo que já foi apresentado, infere-se que o cortejo é “um momento ritual e, portanto, uma forma simbólica de comunicação, expressão metafórica das relações sociais, espaço de teatralidade, de performance, de expressividade individual e coletiva” (CRUZ, 2011, p. 284), pois todos os personagens representados no maracatu se comunicam ao público tanto de forma individual, como podemos perceber ao longo do texto, quanto em conjunto, contribuindo para que uma história seja contada na avenida, no qual é possível perceber várias referências da cultura africana, além da cultura indígena, que sempre esteve presente no maracatu.

4.2 A LEGITIMAÇÃO DO MARACATU COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE FORTALEZA

A partir do que foi apresentado na subseção 3.2 e na subseção 3.3, o maracatu teve seu início a partir dos autos congos, que aconteciam na Igreja do Rosário, localizada no centro da cidade de Fortaleza, tornando-se mais tarde o que conhecemos hoje, como foi apresentado no subcapítulo 4.1. Diante disso, a partir da difusão do maracatu através de Raimundo Alves Feitosa, o Boca aberta, o maracatu passou a fazer parte do carnaval de rua de Fortaleza, contribuindo assim, para a consolidação, enquanto prática cultural e identitária. Com isso, podemos afirmar que o maracatu é uma manifestação cultural que faz parte da identidade e é pertencente ao Estado do Ceará, contribuindo para a perpetuação da memória dos fortalezenses.

Dessa maneira, segundo Souza (2015), em 2011, houve a iniciativa em realizar o pedido de abertura do processo de patrimonialização do maracatu cearense, por parte dos membros da Associação Cultural Maracatu Rei do Congo, que teve como representante o presidente da Associação, Rodrigo Damasceno. Com o objetivo de:

adensar os estudos em prol do registro para promover a estruturação de sua patrimonialização através dos instrumentos legais, viabilizando maior assimilação e aceitação da transformação dos maracatus cearenses, de objeto folclórico representante de uma camada minoritária dos negros e pobres do Ceará a um patrimônio cultural que represente uma identidade mais complexa, por vezes tratada pelo Estado como produto. (SOUZA, 2015, p. 122).

A partir disso, percebe-se que com a patrimonialização do maracatu, forma oficial de documentar, o mesmo ganhará mais visibilidade, promoverá a valorização e preservação frente às políticas públicas culturais, tanto no âmbito estadual quanto federal. Entretanto,

antes de adentrar no processo de patrimonialização do maracatu cearense, vale discutir inicialmente sobre a política de patrimônio, instaurada em 1937 no Brasil.

Sendo assim, de acordo com o livro *Maracatu*, organizado e publicado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021), foi por volta do ano de 1937 que se iniciou a preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, criando-se, assim, uma política voltada para a preservação dos bens culturais brasileiros. Dessa forma, até a década de 80, o que costumava ser preservado, por exemplo, eram casas, casarões e estátuas através do processo de tombamento, conhecidos como bens culturais de natureza material. No entanto, “esse olhar restrito suscitou críticas posteriores a classificá-los como patrimônios de pedra e cal, representativos das classes dominantes ou de uma história oficial” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 103).

Diante disso, as culturas de matrizes africanas, indígenas, comunidades locais e tradicionais passaram a ganhar destaque. Assim sendo, foi preciso implementar uma política para os bens que passaram a ser conhecidos como imaterial, que se deu através do Decreto de nº 3.551 no ano de 2000, que regulamentou um preceito da Constituição Federal do Brasil, que já estabelecia que “o Patrimônio Cultural brasileiro é composto por bens culturais de natureza ‘material’ e ‘imaterial’, portadores de referência à memória, à identidade e à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 103).

Com isso, o Decreto de nº 3.551 criou o Registro de bens Culturais de Natureza Imaterial, que são quatro livros, cita-se o Livro de Registro dos Saberes, o Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares; além disso, também foi criada a Política Nacional do Patrimônio Imaterial.

Ademais, na cidade de Fortaleza, no ano de 2008, foi instaurada a Lei de nº 9.347, a Lei do Patrimônio, responsável por instituir o processo de tombamento para os bens de natureza material, e a salvaguarda, responsável pelos bens de natureza imaterial, que pode ser entendida a partir da citação abaixo:

salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável, atuar para melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência. O conhecimento gerado durante os processos de inventário e registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda. (IPHAN, 2015 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 125).

Assim sendo, entende-se que a salvaguarda é importante para os bens de natureza imaterial continuarem existindo. No entanto, o processo de salvaguarda não está atrelado à preservação, no sentido de se manter tal e qual se encontra hoje, pois de acordo com o livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021), diferente do processo de Tombamento, o Registro não cria obrigações que devem ser cumpridas pelos detentores ou proprietários, pois:

é fundamental esclarecer que, enquanto patrimônios vivos, não faria sentido que o poder público criasse obrigações que impedissem mudanças no bem, interferindo na sua dinâmica enquanto bem cultural vivo. Por isso, no caso do patrimônio imaterial, em vez de se falar em preservar (termo já carregado de sentidos por ser frequente na área do patrimônio material), criou-se a expressão salvaguarda, isto é: apoiar a sua continuidade; criar e buscar condições favoráveis para a sua perpetuação, valorizando as pessoas que são a razão de ser desses patrimônios. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 104).

Dessa maneira, percebe-se que os bens de natureza imaterial são “documentos vivos” que estão sujeitos a mudanças ao longo do tempo, por conta do dinamismo que possuem, com isso, partir do Movimento Neodocumentalista, apresentado na subseção 2.3, podemos afirmar que o maracatu enquanto suporte informacional, composto por elementos simbólicos capazes de registrar, salvaguardar e transmitir informações de natureza estrutural e abstrata, como é citado por Murguia (2011), podemos entender que o maracatu é um “documento vivo”, pois de acordo com Hobsbawn (2008) e Ranger (2008), citados por Mendonça (2020):

as tradições são invenções transmitidas e reinventadas. Desta forma, mesmo tendo bases comuns de códigos compartilhados por um grupo dentro de um campo de possibilidade simbólica de uma cultura, ela por ser a representação que deriva de um processo social – é dinâmica e se transforma de acordo com a liberdade individual de quem a performa. (p. 180).

Com isso, ao enxergarmos o patrimônio cultural imaterial como “documento vivo”, podemos entender que a salvaguarda, como citado acima, serve para manter as informações presentes nos bens culturais imateriais, perpetuando, assim, a sua tradição, de modo que sejam repassados para as gerações futuras.

Diante disso, vale destacar que, no âmbito da Documentação, podemos inferir que, independentemente do suporte, qualquer objeto que transmita informação, pode ser considerado documento, como afirma o Arquivo Nacional (2005), citado por Merlo (2015) e Konrad (2015), em que percebe que o patrimônio imaterial possui forte ligação com a documentação, pois são bens registrados e considerados documentos vivos que cumprem seu

papel informacional dentro da sociedade, perpetuando e transmitindo sua memória construída coletivamente.

Dando continuidade, a partir do que foi apresentado até aqui sobre a política de patrimônio de bens materiais e imateriais no Brasil e na cidade de Fortaleza, as diferenciações sobre Registro e Tombamento, além do processo de salvaguarda dos bens imateriais e a relação do patrimônio cultural enquanto documento que será retomado na subseção 4.3, voltamos agora para o ponto que deu início à discussão sobre patrimônio: a solicitação de abertura do processo de patrimonialização do maracatu cearense, através do pedido de abertura pelo presidente da Associação Cultural Maracatu Rei do Congo, Rodrigo Damasceno.

Entretanto, a solicitação do pedido foi recusada pelo Iphan - que “através da nota técnica nº 026, de 25 de abril de 2012, [afirmou] que a documentação apresentada pelo Rei do Congo ‘não atendeu à legislação’ em diversos pontos, com amparo legal no Decreto nº 3.551/2000 e na resolução Iphan nº 01/200673 (SOUZA, 2015, p. 110). Por outro lado, a Superintendência do Iphan do Estado do Ceará, mostrou-se interessada em complementar a documentação que faltava para iniciar a abertura do processo de patrimonialização do maracatu.

Diante disso, segundo Souza (2015), foram realizados encontros na Superintendência do Iphan com alguns maracatus, a fim de escutar as demandas dos mesmos, e de acompanhar de perto todo o apanhado de comprovações, através de um bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, que iniciou as atividades no ano de 2012. Além disso, segundo Souza (2015), após a solicitação de abertura do processo de registro para tornar o maracatu cearense patrimônio cultural, iniciada pelo maracatu Rei do Congo em 2011, a ideia de tornar o maracatu como patrimônio cultural ganhou força entre os outros maracatus de Fortaleza.

Além disso, a partir da Lei de nº 9.347, que foi instaurada em 2008, que já foi citada aqui, onde instituiu o processo de Tombamento para os bens materiais e a Salvaguarda dos bens imateriais, a Secultfor, de acordo com o livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021), passou a implementar ações e a buscar também subsídios a fim de reconhecer o maracatu cearense como patrimônio cultural de Fortaleza.

A partir disso, a Secultfor passou a reunir evidências e a constatar que o maracatu cearense, principalmente o maracatu do município de Fortaleza, já era considerado uma manifestação cultural, importante para a identidade e a memória cearense. Dessa maneira, podemos citar alguns exemplos que confirmam esse pensamento, como o fato de ter dois

objetos museológicos no Museu do Ceará referentes ao maracatu de Fortaleza, que são compostos por um vestido da rainha do maracatu e uma boneca calunga.

Diante disso, ao entendermos que pelo fato de o Museu do Ceará ser uma instituição simbólica para a cidade de Fortaleza, enquanto local de guarda e preservação de objetos museológicos que representam e reconstroem a história do Ceará, vale destacar que ao compreendermos o processo de:

musealização como um conjunto de processos [que] se faz essencial, uma vez que não basta apenas o reconhecimento da significação que esse bem possui dentro da sociedade, [vale destacar, a necessidade de] uma ação conjunta entre registro, salvaguarda e disseminação da informação para garantir que uma dada manifestação se perpetue. (MENDONÇA, 2020, p. 184)

Com isso, percebemos que o Museu do Ceará tomou uma das primeiras iniciativas em relação a considerar o maracatu como documento/objeto museológico capaz de representar uma parte da história do Ceará. No entanto, a partir da citação de Mendonça (2020), também podemos inferir a necessidade de haver o Registro oficial enquanto patrimônio imaterial e ações voltadas para a salvaguarda do mesmo.

Assim sendo, a partir do que foi colocado até aqui, onde podemos perceber a relevância do Museu do Ceará para a reconstrução da memória coletiva cearense, que reúne vários objetos de diferentes épocas, como o bode ioiô, a mesa onde foi assinada a abolição da escravidão no Ceará, o livro de prata e entre outros objetos. Faz-se pensar que:

a presença de objetos que representam o Maracatu Cearense entre tantos outros que buscam constituir uma memória e identidade do Estado por meio do Museu do Ceará é uma evidência incontestável de que essa manifestação cultural passou a ser reconhecida e usada pelo poder público, pela história oficial do Estado, como parte da sua memória coletiva; símbolo da identidade cultural cearense. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 111).

Além disso, outro fato importante citado no livro *Maracatu*, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021) e por Souza (2015) em sua dissertação de mestrado, é que no dia 25 de março é comemorado o dia do maracatu, reafirmando dessa forma, o maracatu como manifestação cultural, importante para a sociedade de Fortaleza. Ademais, constatou-se também que:

há três décadas o Maracatu Cearense já integra o calendário festivo da cidade de Fortaleza. Outro aspecto simbólico desse fato é que 25 de março é o dia em que se comemora a abolição da escravidão negra no Estado do Ceará, libertação que se deu, como é sabido, cinco anos antes da abolição em âmbito nacional. Observa-se, ainda,

que a partir do ano 2011, por força da Emenda Constitucional nº 72, o dia 25 de março também foi instituído como feriado estadual do Ceará. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 111).

Diante de tudo isso, entende-se que a data comemorativa do maracatu cearense instaurada no dia 25 de março de 1984 pela Lei de nº 5.827 coincide com a data da abolição da escravidão dos negros no Estado do Ceará, no ano de 1884. Com isso, podemos inferir que pelo maracatu ter suas origens nas coroações de negros que ocorriam na igreja do Rosário, onde existia a Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário, responsável em manter viva a cultura negra e dá subsídios para os negros cativos e livres, entende-se que por esse motivo, os maracatus estejam associados à abolição dos escravos no Ceará.

Assim sendo, vale destacar que em 2013 a Prefeitura de Fortaleza iniciou um projeto chamado “Dia 25 é dia de maracatu”, onde todo dia 25 de cada mês, um maracatu realiza uma apresentação em algum local de Fortaleza e no dia 25 de março, realizam um cortejo coletivo com todos os maracatus em algum lugar estratégico da cidade, onde é realizado a coroação das rainhas dos maracatus, como podemos observar na imagem abaixo:

Imagem 11 - Dia do Maracatu



Legenda: Foto de autoria de Thiago Matine, tirada no cortejo em comemoração ao dia do maracatu, comemorado no dia 25 de março, na Praia de Iracema, no ano de 2022.

Dessa forma, a partir da imagem acima observamos o encontro dos maracatus próximo ao Estoril na Praia de Iracema, onde todas as rainhas encontram-se próximas ao

palco e os estandartes em cima do palco, representando a identidade de cada maracatu. Além disso, também podemos observar o tirador de loa e presidente do Nação Fortaleza, Calé Alencar, responsável por entoar a loa de coroação da rainha.

No entanto, vale lembrar que os cortejos realizados no dia do maracatu não acontecem sempre na Praia de Iracema, pois, de acordo com Souza (2015), nos primeiros anos, ocorriam no Parque da Liberdade, onde percorriam as ruas do Centro de Fortaleza, finalizando o cortejo na Igreja do Rosário ou na Praça do Ferreira, como ocorreu, respectivamente, nos anos de 2013 e 2014.

Dando continuidade, e levando em consideração tudo o que foi apresentado, percebe-se que a iniciativa da Prefeitura de Fortaleza contribuiu para reforçar a ideia do maracatu como patrimônio cultural na cidade de Fortaleza, perpetuando essa manifestação que já faz parte da memória e identidade do município. Com isso, percebe-se que já havia:

toda uma conjuntura ou intenção deliberada dos poderes públicos em tela, sobretudo o municipal, em patrimonializar o Maracatu Cearense. Assim, a elevação formal da manifestação a 'Patrimônio Cultural de Fortaleza' e sua inscrição no respectivo Livro de Registro seria apenas o corolário de uma intenção já pré-estabelecida. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 112).

Diante disso, após constatar todas essas evidências que foram apresentadas aqui, a Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural da Secultfor elaborou um parecer técnico de nº 311/2015, em resposta ao processo de nº 122450/2011, iniciado pelo presidente da Associação Cultural Maracatu Rei do Congo, Rodrigo Damasceno, onde foi iniciado em 08 de agosto de 2011, como afirma o parecer técnico apresentado no livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021).

Dessa maneira, a elaboração do parecer técnico foi realizada a partir de uma pesquisa que ocorreu em quatro etapas, citam-se: Instrução Preliminar, Análise Documental, Pesquisa de Campo, e Redação do Relatório Técnico e Analítico, que durante esse processo, foram realizadas entrevistas com 12 dos 15 maracatus, e feito um levantamento bibliográfico e audiovisual, a fim de reconstituir aspectos históricos relacionado ao contexto social.

Dessa forma, no parecer técnico possui os aspectos históricos do maracatu relacionados ao contexto social, referências culturais, a relevância que o maracatu possui para a cidade de Fortaleza, além das recomendações de salvaguarda enquanto patrimônio cultural, onde foram realizadas reuniões a fim de fazer um apanhado das demandas que os dirigentes dos maracatus possuem como recomendação para a perpetuação dos maracatus cearense.

Assim sendo, o parecer técnico de nº 311/2015 recomenda que o maracatu cearense enquanto patrimônio cultural, seja registrado nos Livros de Celebração; Formas e Expressões; e Saberes, pois de acordo com o livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021) os maracatus por serem heterogêneos e possuírem uma pluralidade de sentidos e significados, demonstrou-se a dificuldade em categorizar em apenas um dos Livros de Registro.

Dessa maneira, no livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021), demonstra uma breve avaliação de cada Livro de Registro, a fim de saber em quais o maracatu cearense se encaixa, começando pelo Livro de Registros das Celebrações, onde são “inscritos rituais e festas que marcam a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 117). Assim sendo, como o maracatu possui um caráter ritualístico, ligado à Umbanda e ao Candomblé por alguns brincantes ou ligado exclusivamente ao entretenimento no carnaval de rua de Fortaleza, acaba correspondendo às perspectivas do Livro de Registros das Celebrações.

Além disso, no Livro de Registro das Formas de Expressões, onde são “inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 117), fica evidente que o maracatu cearense também se encaixa, pois o ritmo cadenciado e as inovações no ritmo são marcantes, além das fantasias, gestos e teatralidade de encenar baianas, calungueira, balaieiro e corte na avenida.

Dando continuidade, também há o Livro do Registro dos Saberes, que são “inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 118), onde podemos perceber que no maracatu há as figuras centrais que são importantes para que o maracatu saia na avenida, como:

os tiradores de loas, as pessoas que desenham e confeccionam os figurinos, os instrumentos e mesmo personagens centrais como porta-estandarte, o balaieiro, a calunga e a rainha são exemplos possíveis de pessoas que guardam conhecimentos específicos e modos de fazer, sem os quais o Maracatu Cearense perderia o brilho que tem. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 118)

Dessa forma, percebemos que as características e o modo de fazer maracatu se encaixam nesses três Livros de Registros, aqui citados. Por outro lado, no Livro de Registro dos Lugares, onde são “inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (PREFEITURA, 2021, p. 118),

percebe-se que o maracatu não acontece em apenas um lugar específico da cidade, mas em alguns pontos, como a Igreja do Rosário no início, depois em algumas avenidas onde ocorria o carnaval de rua de Fortaleza, como Avenida da Universidade, Avenida Duque de Caxias, Avenida Pessoa Anta e a atual Avenida Domingos Olímpio, onde ainda acontecem os desfiles.

Desse modo, após o parecer técnico, responsável por recomendar que o maracatu cearense seja reconhecido como Patrimônio Cultural de Fortaleza, além de recomendar o registro do mesmo nos Livros de Registros, de Celebrações; de Formas e Expressões; e de Saberes. Com isso, no dia 03 de dezembro de 2015, a Prefeitura Municipal de Fortaleza através da deliberação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural - COMPHIC, decretou por unanimidade, que o maracatu cearense passou a ser Patrimônio Imaterial de Fortaleza e registrado nos três livros, como demonstra os artigos 1º e 2º do Decreto de nº 13.769:

At. 1º Fica registrado como Patrimônio Imaterial de Fortaleza o Maracatu Cearense, por se tratar de uma manifestação que demarca as memórias, as identidades, as histórias e a cultura dos habitantes da Cidade de Fortaleza.

Art. 2º Fica determinada a inscrição do Maracatu Cearense nos Livros de Registro dos Saberes, no Livro de Registro das Celebrações e no Livro dos Registros das Formas de Expressão, nos termos do § 1º do artigo 34, da Lei Municipal nº 9347/2008, de 11 de março de 2008.

Por fim, vale destacar que o Decreto entrou em vigor somente em 14 de março de 2016, data de sua publicação, passando o Maracatu Cearense de manifestação cultural para Patrimônio Cultural da cidade de Fortaleza, sendo reconhecido como importante para a memória coletiva de Fortaleza e sendo reconhecido como parte das celebrações, fazeres e costumes que representam o município.

4.3 PATRIMÔNIO CULTURAL COMO DOCUMENTO - REFLEXÕES A PARTIR DO MARACATU

A partir do que foi discutido na subseção 4.2, que trata sobre a legalização do maracatu cearense enquanto Patrimônio Imaterial de Fortaleza, iremos abordar neste subcapítulo a relação entre patrimônio cultural e documento, a partir do maracatu. Diante disso, podemos iniciar entendendo o conceito de patrimônio cultural, que segundo Cunha e Cavalcanti (2008), consiste em um “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (277).

Dessa maneira, a partir do conceito de patrimônio cultural presente no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, podemos perceber que o conceito atribuído ao patrimônio cultural ainda é muito restrito e não contempla a pluralidade de bens materiais e imateriais que o Brasil possui. Por outro lado, ao recapitularmos os conceitos apresentados na subseção 2.3 sobre documento, retirados do mesmo dicionário, percebemos que há cerca de 19 definições para o termo documento.

Com isso, podemos inferir que não houve um consenso entre os pesquisadores sobre a definição de documento, como foi colocado no subcapítulo 2.3. No entanto, também entendemos que a variedade de definições surgiu em contextos diferentes, abrangendo diferentes suportes. Com isso, podemos inferir que ao longo que a definição de documento foi sendo ampliada, acabou abrangendo a ideia de patrimônio, como vamos discutir em seguida.

Dando continuidade e voltando-se agora para a definição de patrimônio, podemos perceber que segundo Oliveira, Rosa, Oliveira e Lima (2017) que o patrimônio imaterial está atrelado à memória de determinada população e que está inserido dentro de um universo material. Dessa forma, o patrimônio imaterial é responsável por perpetuar o saber popular, as formas e expressões da humanidade.

Com isso, a partir da perspectiva da Ciência da Informação, podemos entender que o patrimônio imaterial:

precisa da participação efetiva dos seus agentes culturais para preservar a memória presente com a expectativa de transmiti-las para gerações futuras, através das ações de registrar os fatos, conservar os monumentos e organizar os registros das informações pertinentes a memória social e coletiva (OLIVEIRA; ROSA; OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 119).

A partir disso, entende-se que no caso do maracatu cearense enquanto Patrimônio Imaterial, os seus principais agentes são os órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Fortaleza e seus dirigentes, que são responsáveis, respectivamente, por dar subsídios necessários para a manutenção e divulgação dos maracatus através de editais e projetos fornecidos pela Prefeitura, como o projeto “dia 25 é dia de maracatu” apresentado no livro Maracatu, organizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021).

Diante disso, voltando-se para o conceito de documento, apresentado na seção 2, podemos entender que, desde que Paul Otlet iniciou a discussão sobre o que é documento, temos visto várias definições, em que algumas vão de encontro ao conceito de patrimônio. Dessa forma, Otlet em 1928, coloca que documento pode ser textos inscritos ou objetos tridimensionais. Entende-se, portanto, que “o que caracterizaria um documento, segundo

Otlet, é sua capacidade de nos informar sobre algo, o que é possível não somente pelo uso de representações/registros dos objetos, mas pela observação da própria obra em si” (SOUZA; CREPPA, 2009, p. 217).

Assim sendo, ao considerarmos as ideias de Otlet sobre documento, onde o mesmo afirma que qualquer objeto que transmita uma mensagem pode ser documento, podemos entender que “o patrimônio cultural informa sobre algo ao ser observado, pois são bens que receberam valores e foram divulgados para transmitir determinada imagem, ou sejam, são documentos” (SOUZA; CREPPA, 2009, p. 218).

A partir disso, podemos pensar o maracatu enquanto patrimônio imaterial e valor documental, visto que é uma representação cultural fruto dos autos congos que ocorriam na Igreja do Rosário, símbolo de resistência de um período em que os negros foram escravizados, sendo mais tarde representados através do maracatu no carnaval de rua de Fortaleza. Dessa forma, percebe-se que a sociedade construiu uma relação de identidade e memória coletiva que foi repassada por várias gerações, atribuindo-lhe valor.

Assim sendo, por meio de pesquisa, a Prefeitura Municipal de Fortaleza elaborou um parecer técnico em resposta à abertura do processo de patrimonialização do maracatu, realizada inicialmente por Rodrigo Damascenos, como vimos na subseção 4.2. Com isso, o maracatu foi registrado em três Livros de Registros, dentre eles, o Livro do Saber, o Livro de Formas e Expressões, e o Livro de Celebrações, responsáveis por documentar este feito, considerando-o como patrimônio imaterial/documento vivo, capaz de sofrer modificações ao longo dos anos.

A partir disso, podemos inferir que as ideias de Otlet impulsionaram novos pesquisadores de diferentes áreas e de diferentes épocas a estudarem o documento. Com isso, o conceito de documento foi sendo ampliado em diferentes áreas como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia, como vimos no subcapítulo 2.1, abrangendo dessa forma, vários suportes a fim de registrar fatos.

Além disso, a partir do pensamento de Murguia (2011) apresentado no capítulo 2, no qual afirma que um documento é composto por estruturas físicas e abstratas, podemos fazer uma breve análise sobre o maracatu cearense como “documento vivo”, pois embora seja um Patrimônio Imaterial, podemos perceber que é uma manifestação que está atrelada a estruturas físicas e abstratas.

Com isso, podemos perceber que as estruturas físicas presentes no maracatu são compostas por seus personagens e símbolos, como o estandarte, a calunga e o balaio de frutas. Por outro lado, os elementos abstratos estão presentes na religiosidade e na coroação da

rainha, por exemplo, pois segundo Marques (2006), o momento ápice durante o cortejo do maracatu é a coroação da rainha, pois é responsável por relembrar e manter uma tradição que foi iniciada durante a realização dos autos congos, realizados a partir da Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário, no qual a coroação acontecia dentro da Igreja. Dessa forma, o momento da coroação é responsável por simbolizar tanto a fé na santa do Rosário, quanto a resistência cultural dos negros que foram escravizados.

Diante disso, podemos perceber que os personagens e os símbolos que compõem o maracatu são suportes que carregam a informação, pois a partir do que Murguia (2011) coloca, podemos entender que as estruturas físicas e abstratas estão relacionadas ao suporte e a informação, respectivamente. A partir disso, infere-se que as estruturas físicas que compõem o maracatu, carregam por si só informações, porém os elementos abstratos vão além das estruturas físicas, pois é preciso de mediadores que disseminem sua história, como no caso de objetos museológicos em que o objeto não consegue transmitir toda a informação, por conta própria, como é colocado por Tanus, Renau e Araújo (2012).

Dessa maneira, infere-se que qualquer objeto que inscreva e transmita uma informação pode ser um documento. No entanto, nem sempre um objeto possui a intenção de se tornar documento, pois é fruto muitas vezes de uma construção involuntária, pois segundo Gandar e Dodebei (2005) citado por Souza e Creppa (2009), “os documentos são uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa”(p. 217), como no caso do maracatu cearense, que perpassa por várias gerações.

Ademais, levando em consideração a citação acima, em que afirma que o documento é uma montagem da sociedade, podemos pensar que o patrimônio cultural também é construído pela sociedade, pois se pensarmos o maracatu cearense enquanto patrimônio, percebemos que se deu de forma involuntária e lenta, pois ao recapitularmos a subseção 3, percebemos que a sua origem se deu ainda no período escravocrata, com os autos congos, sinônimo de resistência cultural que adentrou para o carnaval de rua de Fortaleza na década de 30 ou até antes, a partir de relatos colhidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (2021), sendo somente reconhecido como Patrimônio Cultural em 2015. No entanto, a sociedade já o considerava documento vivo, importante para a cidade de Fortaleza.

Além disso, outro conceito de documento, que podemos discutir é o conceito apresentado por Suzanne Briet, no qual afirma que “qualquer signo físico em conceitual, preservado ou registrado, com a intenção de representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual” (BUCKLAND, 1997, p. 806 *apud* SOUZA; CREPPA, 2009,

p. 217) pode ser considerado documento. Entretanto, Briet também afirma que todo documento deve possuir quatro características: materialidade, intencionalidade, ser processado como documento e ser visto como documento.

Diante disso, Sobrinho, Moraes e Fujita (2012) afirmam que “o documento, portanto, é material, possui uma intenção em evidência, sendo passível de ser organizado e tratado para ser disseminado, cujo conteúdo apresenta uma tematicidade específica e delimitada” (p. 63). Dessa forma, entende-se que qualquer objeto que possua a finalidade de representar algo ou reconstruir uma ideia que seja importante para a memória coletiva e possua as quatro características mencionadas acima pode ser considerado documento.

Diante disso, no caso do maracatu cearense, que é Patrimônio Imaterial de Fortaleza, o conceito apresentado por Briet é muito relativo, pois segundo Souza e Creppa (2009) “o patrimônio só adquire intencionalidade após ser denominado dessa forma. O processo documental é realizado principalmente sobre os registros gerados e não sobre as obras em si, o que não permite consenso sobre a validade desse requisito, devido a sua posição fenomenológica ser algo extremamente subjetivo” (p. 218).

Dessa forma, a partir do conceito apresentado por Briet, podemos inferir que o maracatu e seus personagens centrais possuem três das características aqui colocadas, cita-se a materialidade, pois mesmo sendo patrimônio imaterial, está associado a símbolos físicos; a intencionalidade, por já ser Patrimônio Imaterial de Fortaleza, sendo apresentado e divulgado como memória viva; ser processado como documento, pois possui registro em três livros que os descreve como patrimônio cultural. No entanto, a característica de ser notado como documento é muito subjetivo, pois depende da relação de cada pessoa com o maracatu, como por exemplo, a representação da boneca calunga, que para os integrantes do maracatu a boneca representa o “axé” do maracatu, como é colocado pelo presidente do Maracatu Nação Fortaleza, Calé Alencar em entrevista concedida no dia 30 de abril de 2015, no qual afirma que:

Ali, naquela bonequinha, vestidinha, ali, pode tá só um adereço de mão, mas o nosso olhar não é esse. Ali está a força, a energia, assim, que a gente devota, que a gente olha e sente uma relação, assim de espiritual. Abstraindo a questão do Maracatu, é uma bonequinha vestida. Mas ela ali, dentro daquele cortejo, todo mundo sente essa vibração, sabe, porque é uma relação, assim, simbólica, da espiritualidade. Aí é que vem esse viés do negro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2021, p. 73).

A partir disso, podemos inferir que para os integrantes do maracatu e para as pessoas que possuem alguma relação com o mesmo, os personagens assumem os seus papéis na

avenida, passam a ser de objetos a documentos individuais e coletivos, capazes de transmitir uma informação, passando a constituir de um “acervo dinâmico, pois é construído pelo movimento da vida” (ARARIPE, 2004 *apud* SOUZA; CREPPA, 2009, p. 219). No entanto, para outras pessoas que não possuem a mesma relação com o maracatu, não passa apenas de alegorias.

Dando continuidade, após apresentar alguns conceitos, como o de Otlet e Briet, iremos apresentar o conceito de documento de Ranganathan que “restringe seu conceito apenas a textos escritos, ao declarar explicitamente que objetos tridimensionais, inclusive os exibidos em museus, não podem ser documentos por não ser uma gravação em uma superfície mais ou menos plana, como o papel” (BUCKLAND, 1997 *apud* SOUZA; CREPPA, 2009, p. 217).

A partir da citação acima, percebemos que o conceito de documento apresentado por Ranganathan não abrange nenhum patrimônio de natureza imaterial e pouquíssimos de natureza material, pois a maioria não são registrados em superfície plana. Dessa forma, podemos perceber que ao indagar se o patrimônio cultural pode ser considerado documento, iremos encontrar divergências entre vários teóricos.

Ademais, vale destacar também o pensamento de Smith (2003) citado por Souza e Creppa (2009), que trata sobre a “institucionalização da informação”, no qual afirma que a Ciência da Informação possui um postulado referente a informação que deve ser registrada. Com isso, os arquivos e bibliotecas possuem a tarefa de armazenar e preservar a informação, o que acaba restringindo a variedade de suportes que podem vir a ser documentos.

Além disso, outro fator que colabora para encontrar divergência entre patrimônio cultural como documento é que a maioria dos teóricos que estudam a Documentação, preocupam-se apenas com a objetividade do documento, como é mencionado por Murguia (2012) na seção 2, em que afirma que ao se preocuparem apenas com a objetividade do documento, esquecem da importância social e cultura como produto da sociedade.

Dessa forma, os patrimônios materiais e imateriais não podem ser armazenados para uso como documentos bidimensionais. Com isso, no caso de patrimônios culturais, são registradas apenas informações sobre eles. No entanto, segundo Souza e Creppa (2009), ao encontrar definições sobre informação registrada em suporte, podemos considerar o patrimônio como um documento na Ciência da Informação.

Por fim, ao apresentarmos alguns conceitos sobre documento e relacioná-los com o conceito de patrimônio cultural, na perspectiva do Maracatu Cearense que é Patrimônio Imaterial de Fortaleza, percebemos que não há uma concordância sobre a relação de

patrimônio e documento, pois alguns autores apresentam convergências entre os dois conceitos como no caso de Otlet, e outros autores, divergências.

No entanto, “discutir o patrimônio cultural permitiu repensar o conceito de documento” (SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 221), pois é nítido que há uma similaridade entre os dois termos, pois são frutos da construção social, onde tanto o patrimônio quanto o documento ganham significados e são responsáveis por representar uma determinada memória coletiva e comunicar informação, sendo perpetuada por várias gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da cultura oral para a cultura escrita, a humanidade passou a registrar informações sobre determinados acontecimentos, considerados importantes. Com isso, surgiram os documentos e as áreas que trabalham com o mesmo, como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e a Documentação, que foi consolidada através das ideias de Paul Otlet, no século XIX. Dessa forma, o conceito de documento foi ampliado, havendo dessa forma, abertura para outras áreas trabalharem com outros tipos de documentos, pois passou-se a entender o documento como signo capaz de transmitir mensagem.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta a variedade de definições acerca do documento, que foram surgindo a partir da evolução tecnológica, como a invenção da imprensa de Gutenberg e os documentos digitais, depois da Segunda Guerra Mundial, onde houve o aumento da produção documental e passou-se a indagar o que poderia ser considerado documento. Diante disso, a Biblioteconomia que até então era semelhante a Documentação, passou a trabalhar os documentos de forma diferente, desenvolvendo ações voltadas para a recuperação da informação e gestão de bibliotecas. Além disso, vale ressaltar o surgimento da Ciência da Informação em meio a explosão informacional e a relação de cooperação que existe entre as três áreas.

Com isso, o trabalho apresenta várias definições sobre o que é documento, havendo a ampliação do conceito, que passa a abranger suportes que vão além das estruturas físicas representadas pelo documento. Assim sendo, a ampliação do conceito de documento abre espaço para pensar o Maracatu de Fortaleza enquanto elemento documental. Dessa maneira, o trabalho apresenta as origens do Maracatu de Fortaleza, a partir da vinda dos negros para o Ceará, abordando questões relacionadas ao período escravocrata, período em que surgiu o movimento abolicionista, responsável por criar a Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário, considerado lugar de solidariedade e resistência cultural.

Diante disso, ao recapitularmos acontecimentos que aconteceram no passado, entendemos o contexto social e a importância da representação dos maracatus como elementos documentais, capazes de representar e perpetuar a resistência cultural negra, que se deu primeiramente a partir das festas de negros, chamadas de autos congos, que aconteciam na Igreja do Rosário até a desativação da Irmandade, que perdeu o sentido de existir após a abolição dos negros no Ceará.

Sendo assim, infere-se que o Maracatu de Fortaleza carrega uma memória que foi construída coletivamente, sendo importante para a identidade do povo de Fortaleza, sendo considerado em 2015, Patrimônio Imaterial da cidade de Fortaleza, por meio do processo de patrimonialização que se deu de forma tardia, se compararmos a quantidade de tempo que o Maracatu vem sendo manifestação social, responsável por perpetuar sua cultura dinâmica entre tantas gerações.

Dessa forma, ao abordarmos esses pontos centrais que norteiam o trabalho, analisamos a relação entre os conceitos de documento e as características físicas e abstratas que compõem o Maracatu de Fortaleza, enquanto bem patrimonial. Com isso, no primeiro momento da análise, discorreremos sobre as principais características do Maracatu enquanto signo que transmite uma mensagem que está intrínseca.

Dando continuidade, logo em seguida apresentamos o processo de patrimonialização do Maracatu de Fortaleza, a fim de entender as questões que o reconhecem como Patrimônio Imaterial, questões estas, responsáveis por apresentar uma série de argumentos que ao serem relacionadas com os conceitos de documento, podemos inferir que o Maracatu de Fortaleza enquanto bem cultural, pode ser considerado um documento, apesar do dinamismo encontrado pelo mesmo.

Por fim, a partir da análise da revisão bibliográfica, conseguimos alcançar o objetivo da pesquisa, ao notar que há uma similaridade entre o conceito de patrimônio e documento, sendo dois conceitos responsáveis por preservar e salvaguardar uma informação registrada, que transmite uma mensagem. Dessa forma, percebemos que os conceitos de documento que foram ampliados com a finalidade de abranger a variedade de suportes que existem na atualidade, abrange as características físicas e abstratas do Maracatu.

No entanto, ainda percebemos a limitação do conceito de documento por parte de alguns estudiosos, em que a objetividade do documento impede a ampliação do conceito em considerar outros suporte como documento a partir da sua relevância social e cultural, fruto da construção da sociedade. Além disso, vale ressaltar que a ampliação do conceito de documento se deu a partir de diferentes épocas e que não há concordância entre os teóricos em considerar apenas uma única definição. Ademais, vale lembrar também, que a relação entre documento e patrimônio ainda é pouco explorada, com isso, inferimos que ainda há várias discussões que possam surgir a partir de novos estudos sobre o conceito de documento.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Mário Henrique Thé Mota. **Reis, rainhas, calungas, balaios e batuques: imagens do Maracatu Az de Ouro e suas práticas educacionais**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3640>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Abolição no Ceará. *In*: HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secult/ Imopec, 2009. p. 181-198.

COSTA, Gilson Brandão. **A festa é de maracatu: cultura e performance no maracatu cearense (1980-2002)**. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2861>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CRUZ, Danielle Maia. A fantasia deixa o barracão: identidades na avenida. *In*: CRUZ, Danielle Maia. **Maracatus no Ceará: sentidos e significados**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 283-328.

CUNHA, Murilo Bastos da.; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

FORTALEZA. **Decreto nº 13.769, de 14 de março de 2016**. Dispõe sobre o registro do maracatu cearense como patrimônio imaterial de Fortaleza, na forma que indica. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, [2016]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/decreto/2016/1376/13769/decreto-n-13769-2016-dispoe-sobre-o-registro-do-maracatu-cearense-como-patrimonio-imaterial-de-fortaleza-na-forma-que-indica>. Acesso em: 02 jun. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Documentação e o Neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011. cap. 2, p. 23-36.

MAPURUNGA, Inês. **Maracatus, afoxés, coroações, rezas e outros batuques**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MARQUES, Janote Pires. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. **Documentos: Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará** (Dossiê Índios e negros), Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 203-214, 2006.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MATINE, Thiago. **Porta estandarte do maracatu Rei Zumbi e o incenseiro**. 2018. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Ala de índios**. 2019. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Ala das baianas**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Ala das negras**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Balaieiro**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Batuque**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Calunga**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Casal de preto velhos**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Dia do maracatu**. 2022. 1 fotografia.

MATINE, Thiago. **Rainha do maracatu**. 2022. 1 fotografia.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados. **Museologia e**

Interdisciplinaridade, Brasília, v. 9, n. 18, p. 177-208, 2020. Disponível em:

https://figshare.com/articles/journal_contribution/Museu_patrim_nio_imaterial_e_performanc_e_-_desafios_dos_processos_de_documenta_o_para_a_salvaguada_de_bens_registrados/13187051. Acesso em: 07. jul. 2022.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso á informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. **InCID: R. Ci. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39578>. Acesso em: 04 mai. 2022.

NAÇÃO FORTALEZA. **Raimundo Alves Feitosa**. [?]. 1 fotografia. Disponível em:

<http://www.nacaofortaleza.com/maracatu.php>. Acesso em: 25 nov. 2019.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de; ROSA, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; LIMA, Izabel França de. Patrimônio imaterial na perspectiva da Ciência da Informação: análise das produções científicas apresentadas no grupo de trabalho informação e memória no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n.2, p. 117-141, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80762>. Acesso em 07 jul. 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Datagramazero**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 1-13, out. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5664>. Acesso em 08 mai. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Maracatu**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

RODRIGUES, Carlos Moisés Silva. Reis negros na cidade devota: perspectivas de controle e resistências culturais na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Fortaleza (1840-1884). **Documentos: Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará** (Dossiê Índios e negros), Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 39-80, 2005.

RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro; BAPTISTA, Dulce Maria. O movimento neodocumentalista e a reaproximação entre Ciência da Informação e Documentação: uma perspectiva histórico-conceitual. **Pesq. Bras, em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 35-49, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/50556/29775>. Acesso em 04 jun. 2022.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu; CAVALCANTE, Lidia Eugênia; NUNES, Jefferson Veras. Documento e informação audiovisual: bases conceituais numa perspectiva neodocumentalista. **Em questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 235-259, mai./ago. 2018. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/76085>. Acesso em 04 jun. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org); REIS, Letícia Vidor de Sousa (org). **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da. **Vamos maracatucá!!!: um estudo sobre os maracatus cearenses**. 2004. 154f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1052>. Acesso em 01 nov. 2021.

SOBRINHO, Heliomar Cavati; MORAES, João Batista Ernesto; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A linguagem, o texto e o documento no contexto da Ciência da Informação. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 59-65, jul./dez. 2012.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Sociabilidade e solidariedade dos negros livres e escravos no Ceará do séc. XIX. **Documentos: Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará** (Dossiê Afro-brasileiro: História e Educação), Fortaleza, v. 7, n. 7, p. 91-121, 2009.

SOUZA, Marcelo Renan Oliveira de. **Maracatus de Fortaleza: entre tradições, identidades e a formação de um patrimônio cultural**. 2015. 245f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SOUZA_Marcelo-Dissertacao_Mestrado\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SOUZA_Marcelo-Dissertacao_Mestrado(1).pdf). Acesso em: 23 jun. 2022,

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 207-223, set./dez., 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116159>. Acesso em: 07 jul. 2022.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C.; RANAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, jun./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>. Acesso em: 08 mai. 2022.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao Thiago Matine
Fotógrafo

Prezado,

O trabalho de conclusão de curso, tem o título Patrimônio cultural como documento: o Maracatu de Fortaleza sob a perspectiva do neodocumentalismo, e será desenvolvido por mim, Adrielly de Fátima Rodrigues Lima, graduanda do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, matrícula nº 399387, sob orientação do Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

O objetivo geral consiste em analisar o Maracatu de Fortaleza, seus personagens e símbolos enquanto elementos documentais a partir da perspectiva do Neodocumentalismo.

Solicito sua permissão para utilizar as fotografias produzidas no Dia do Maracatu, nos anos de 2018, 2019 e 2022. O material será utilizado única e exclusivamente para análise de conteúdo, e as informações serão publicadas na monografia e em produções oriundas desta, tais como artigos científicos e apresentações em eventos. Não será feito uso comercial das imagens.

Coloco-me à disposição para prestar qualquer esclarecimento sobre a pesquisa, em qualquer etapa da mesma, por meio dos seguintes contatos: adrielly.rodrigues.lima@gmail.com e/ou (85) 9XXXX-XXXX.

Atenciosamente

Adrielly de Fátima Rodrigues Lima (Pesquisadora)

Declaro que fui devidamente esclarecido sobre a pesquisa e dou o meu consentimento. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento.

Thiago Matine
Fotógrafo

Fortaleza, 20 de julho de 2022.

1

¹ O termo de consentimento livre e esclarecido foi registrado por e-mail.